

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

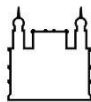
TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO INTEGRADA - *Full Facility Management*, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FIOCRUZ CEARÁ.

26 de JANEIRO DE 2022 – Revisão 03

1.	DO OBJETO	5
1.1.	Contratação	5
1.2.	Objeto da Licitação	5
1.3.	Os quantitativos e respectivos códigos dos itens	5
1.4.	O regime de execução do contrato	5
1.5.	Período de vigência do contrato	5
2.	JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	6
2.1.	Objetivos da contratação	8
3.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	8
4.	DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	11
5.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	11
5.1.	Requisitos necessários para o atendimento da necessidade	11
5.1.1.	Conceitos e Definições	11
5.1.2.	Premissas	17
5.1.2.1.	Qualificação Técnico-operacionais	17
5.1.3.	Duração inicial do contrato	19
5.1.4.	Transferência de conhecimentos, tecnologias e técnicas empregadas	19
5.1.5.	Declaração do licitante	21
5.1.6.	Sobre mão-de-obra, quantidade, regime de trabalho, entre outros	21
6.	VISTORIA DA LICITAÇÃO	22
7.	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	22
7.1.	O prazo para início da execução do objeto	23
7.2.	Localidade e horário de funcionamento	23
8.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO	23
8.1.	Atores participantes da Gestão do Contrato	23
8.2.	Mecanismos de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA (prestadora de serviços)	24
8.3.	Forma de aferição/medição do serviço	24
8.3.1.	IMR - Instrumento de Medição de Resultado	24
8.3.1.1.	IMR para atividades de manutenção	25
8.3.1.2.	IMR para Análise Geral do Serviço da CONTRATADA	27

9. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS	27
10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	28
10.1. O Complexo Edifício da Fiocruz-CE	28
10.1.1. Quantidade de Prédios no Campus Fiocruz-CE e principais características	28
10.1.2. Imagens ilustrativas do complexo edifício da Fiocruz-CE	29
10.2. Considerações para a elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços	32
10.3. Profissionais Responsáveis por coordenar atividades por tipo de serviço	33
10.4. Disposições Gerais e Responsabilidades	33
10.5. Alterações de escopo	35
10.6. Padronização de Documentos	35
10.7. Cessão dos Direitos Patrimoniais	35
10.8. Confidencialidade das Informações	36
10.9. Locais das Reuniões	36
10.10. Reunião de Partida	36
10.11. Disponibilização de área/sala para a CONTRATADA	37
11. UNIFORMES	37
12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	37
13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	38
13.1. Gerais	39
13.2. Específicas	43
13.2.1. Documentação Trabalhista	43
13.2.2. Despesas	44
13.2.3. Auxílio Transporte	44
13.2.4. Auxílio Refeição / Alimentação	45
13.2.5. Adicional de Insalubridade e Periculosidade	45
13.2.6. Equipamento de Proteção Individual (EPI), Uniformes, Ferramentas, etc.	46
13.2.7. Responsabilidade técnica pela execução dos serviços	47
13.2.8. Qualificação Técnica para Serviços Contratados	47
13.2.9. Gestão informatizada da operação	48
14. DA SUBCONTRATAÇÃO	48
14.1. Serviços passíveis de subcontratação	49
14.2. Documentação de Empresa SUBCONTRATADA	49



15.	ALTERAÇÃO SUBJETIVA _____	50
16.	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO _____	50
17.	DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO _____	56
18.	PAGAMENTO _____	57
19.	DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA _____	59
20.	DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO) _____	60
21.	GARANTIA DA EXECUÇÃO _____	63
22.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS _____	64
23.	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR. _____	67
24.	ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS. _____	67
25.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. _____	67
26.	APÊNDICES _____	68

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO

Contratação Integrada - Full Facility Management, de prestação de serviços de apoio à gestão da operação e manutenção da Fiocruz Ceará (Fiocruz-CE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Apêndices.

1.2. OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto da licitação tem a natureza de serviços comuns continuados de gestão de facilidades prediais – Facility Management – aplicado ao complexo edifício da Fiocruz-CE, abrangendo: planejamento, gerenciamento, controle, execução, operação predial, gestão de ativos e engenharia de manutenção, juntamente com a disponibilização de Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities.

O objeto abrange, também, e sob as bases descritas acima, a coordenação e a execução de serviços de: manutenção predial; climatização; elevadores; conservação e limpeza; serviços gerais de apoio; chaveiro; transporte; vigilância; bombeiros civis (brigada); gerenciamento ambiental e de resíduos; incluindo todo o fornecimento de mão de obra especializada, EPI's, EPC's, todos os insumos, equipamentos, ferramentas, peças de reposição e/ou quaisquer outros elementos e/ou materiais necessários ao pleno e adequado funcionamento contínuo das atividades do complexo edifício da Fiocruz-CE, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus Apêndices.

Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.

O objeto deverá ser executado por meio de contratação de empresa especializada (pessoa jurídica) com conhecimento e experiência em Gestão de Facilities – *Facility Management*.

1.3. OS QUANTITATIVOS E RESPECTIVOS CÓDIGOS DOS ITENS

Os quantitativos e respectivos códigos estão discriminados nos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço.

1.4. O REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O tipo de licitação adotado é o menor preço global e o regime de execução da contratação é a empreitada por preço unitário, conforme definido na Lei nº 8.666/93.

1.5. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

Os editais de Facilities, em grande maioria, estão adotando a duração inicial acima de 12 meses, cuja justificativa se compreende em face da diluição dos custos iniciais com equipamentos, insumos, materiais, entre outros, propiciando à administração pública uma redução nos valores contratados, além de evitar preparação de custos administrativos para montagem de licitação antes de vencimento dos 12 meses. Outros riscos inseridos na Fiscalização poderão ocorrer, requisitando aditivos já que há um tempo inicial de mobilização e apropriação de conhecimento sobre o local pela empresa.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice desse Termo de Referência.

Nesse contexto, portanto, as necessidades elencadas foram obtidas a partir:

- 1 Da Formalização de Demanda;
- 2 Do Estudo Técnico Preliminar, elaborado por profissionais multidisciplinares da regional Fiocruz-CE e da COGIC e no qual estão apontadas as problemáticas que precisam ser solucionadas;
- 3 Da constatação de que o quadro de servidores da Fiocruz-CE é insuficiente para atender as demandas previstas para a contratação;
- 4 Da constatação de que as atividades pretendidas pela contratação estão enquadradas pelo Decreto Federal nº 9507/2018, isto é, com aquelas que devem ser contratadas, preferencialmente, através de terceirização com o objetivo de permitir a funcionalidade e a segurança das instalações físicas e das edificações.

Em vista disso, a Administração constatou a necessidade premente de buscar solucionar, por meio de uma contratação, as questões fundamentais de manutenção contínua, entre outras carências que não se pode dispensar para o complexo edifício da Fiocruz-CE.

A unidade Fiocruz-CE tem como missão o ensino e a pesquisa científica, está vinculada ao Governo Federal/Ministério da Saúde e se estabelece como mais um braço da Fiocruz no Nordeste e conta com o incentivo do Estado, fundamentado no Decreto nº 30.012, de 30 de dezembro de 2009.

Manter a unidade funcionando dentro das boas práticas de planejamento, economia, manutenção, meio ambiente sob monitoramento e controle permanentes para todo o complexo edifício existente nesse campus, torna-se fator preponderante para todo gestor público, após reconhecidos os recursos físicos e financeiros despendidos para tão valoroso empreendimento para o nordeste brasileiro.

Portanto, é possível inferir que uma contratação integrada de serviços de apoio à gestão da operação e à manutenção para a Fiocruz-CE é imprescindível, pois, permitirá à regional concentrar-se no cumprimento de sua missão com eficiência, eficácia e efetividade, mediante esse sustentáculo transversal que é a infraestrutura em pleno funcionamento.

Nesse sentido e ao mesmo tempo, a contratação torna-se importantíssima para alcançar o uso eficiente dos ativos e instalações disponíveis no campus, com vistas a uma maior segurança operacional e patrimonial para a pesquisa e para todos os indivíduos-usuários e coletividades da região.

Diante desse cenário, a alternativa escolhida, quanto à viabilidade técnica e econômica, foi aquela solução que o mercado se utiliza para a modalidade de gerenciamento de facilidades com serviços sob demanda/planejado e serviços fixos e que já tem sido implementada pela Fiocruz em contratos similares há alguns anos, mesmo não sendo uma contratação integrada.

A contratação integrada encontra respaldo no art. 7, parágrafo 1º, da Lei Federal 14.011 de 10 de julho de 2020:

“§ 1º - O contrato de gestão para ocupação de imóveis públicos consiste na prestação, em um único contrato de serviços de gerenciamento e manutenção de imóveis, incluindo o fornecimento dos equipamentos, materiais e outros serviços necessários ao uso do imóvel pela Administração Pública, por escopo ou continuados”

Quanto aos Critérios de Sustentabilidade:

Os **critérios de sustentabilidade** estabelecidos foram objeto de análises minuciosas sobre todos os aspectos que envolvem as necessidades do complexo edifício da Fiocruz-CE e suas facilidades, focados na adequação às normas pertinentes para as edificações e entorno existentes, pois, a contratação trata de serviços de apoio à gestão que impactam nas atividades organizacionais, mas também, no entorno e nas pessoas.

Portanto, houve a preocupação de estabelecer critérios a serem obedecidos pelas partes envolvidas, conforme apresentado a seguir:

- a) A CONTRATADA deverá executar os serviços, disponibilizar materiais, ferramentas e equipamentos seguindo as normas vigentes (Federal, Estadual, Municipal, além de normas internas da Fiocruz) quanto à manipulação e descarte de qualquer material utilizado na execução do contrato;
- b) A CONTRATADA deverá atentar para as situações de descarte dos materiais residuais e da construção civil (entulhos), decorrente de suas atividades, onde será exigida a realização de todo o procedimento legal, tais como a emissão de manifestos de resíduos, rastreabilidade e a disposição final em local adequado;
- c) Ao término de cada serviço, a CONTRATADA deverá deixar os locais limpos e completamente usuais;
- d) Todos os equipamentos, ferramentas e máquinas utilizados na contratação devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas ABNT, além de respeitar requisitos ambientais para obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- e) A CONTRATADA deverá, no que for cabível, usar produtos e objetos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- f) “Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:
 - realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.
 - os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
 - otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. ;
 - realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
 - utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
 - observar a Resolução CONAMA n° 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

- desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente."
- g) A CONTRATADA deverá reduzir a produção de resíduos sólidos, observando normas ambientais vigentes;
- h) A CONTRATADA deverá utilizar embalagens recicláveis na prestação de serviço, incentivando a utilização ou a substituição de fontes renováveis;
- i) A CONTRATADA deverá utilizar produtos de limpeza que sejam biodegradáveis;
- j) A observância de que a CONTRATADA atenda às normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança, Medicina do Trabalho, Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, Adesão, por meio de cláusula contratual, ao "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as condições de Trabalho", Capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima, conforme a Resolução CNJ 98/2012.

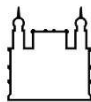
2.1. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

1. Obter apoio técnico-profissional e tecnológico especializado para melhor realizar a gestão das Facilities contidas no complexo edifício da Fiocruz-CE;
2. Aperfeiçoar os serviços de manutenção com a implementação de melhores critérios, insumos e profissionais com base em conhecimento técnico, planejamento, gestão e tecnologia;
3. Otimizar e simplificar processos de gestão, controle e Fiscalização contratual, evitando inconsistências nas fases de planejamento versus operação;
4. Incrementar o monitoramento - em tempo real, da infraestrutura física do complexo edifício e suas Facilities visando ao seu funcionamento permanente para que as atividades institucionais não sejam interrompidas ou paralisadas por falta ou deficiência das mesmas;
5. Realizar manutenção sob critérios de sustentabilidade ambiental;
6. Respeitar a economia da manutenção e a operacionalização da edificação ou o conjunto de edificações, com a utilização de tecnologias e de materiais que reduzam o impacto ambiental, preservando o bem imóvel da União;
7. Buscar proporcionar uma infraestrutura física permanentemente funcional para a realização das atividades e a missão institucional com permanente limpeza, conservação, segurança patrimonial e dos usuários, conforto e condições de habitabilidade para trabalhadores, visitantes e comunidades da região.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Técnicos Preliminares, apontou para uma contratação de prestação de serviços continuados para gestão de facilidades prediais – Facility Management.

Esta solução busca garantir a continuidade dos serviços, no campus Fiocruz-CE, conforme especificações deste Termo de Referência;



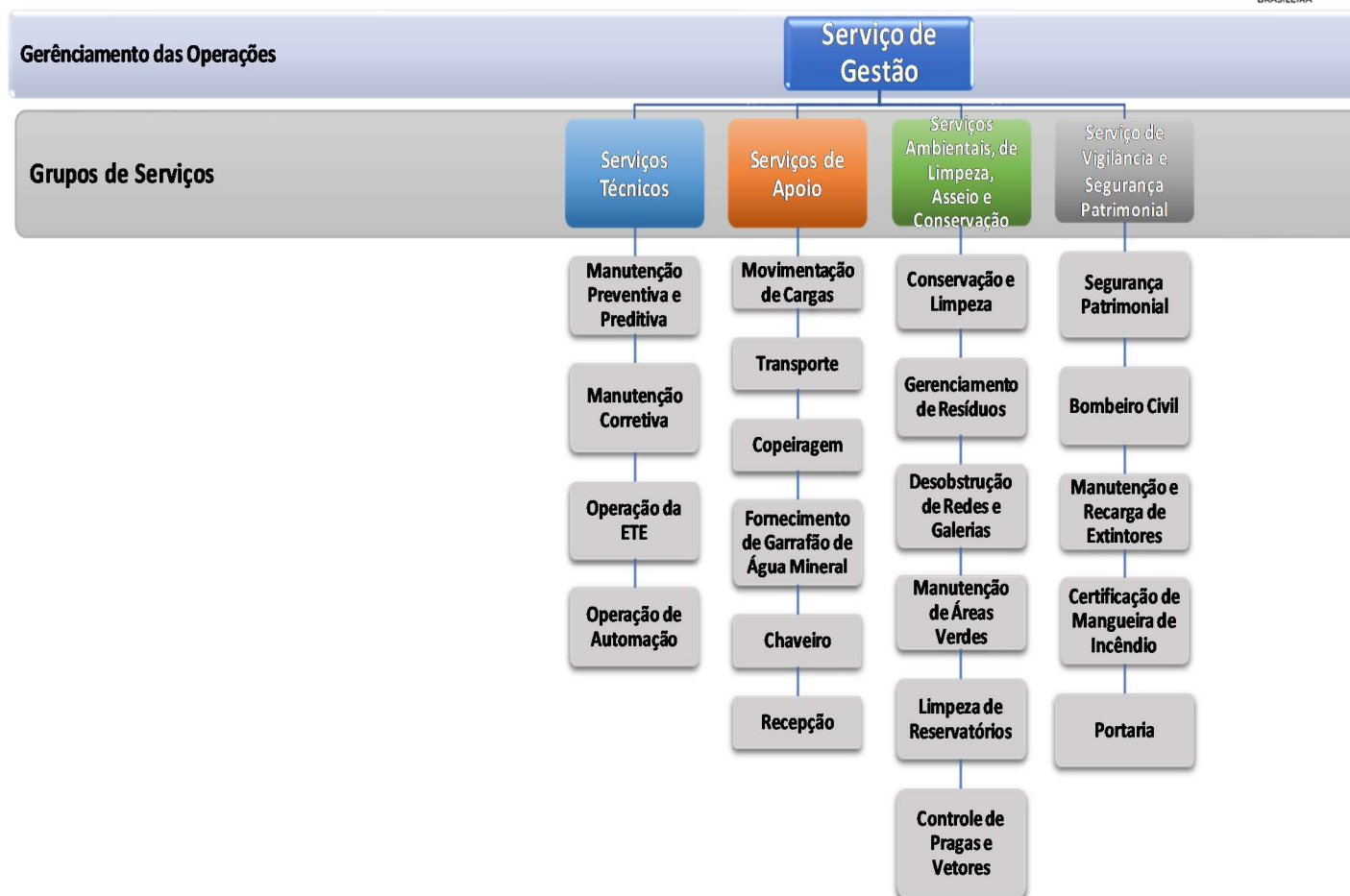
A solução abrange: planejamento, gerenciamento, controle, execução, operação predial, gestão de ativos e engenharia de manutenção, juntamente com a disponibilização de Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities.

Contempla, também, e sob as macro bases da solução descritas acima, a coordenação e a execução de serviços de: manutenção predial; climatização; elevadores; conservação e limpeza; serviços gerais de apoio; chaveiro; transporte; vigilância; bombeiros civis (brigada); gerenciamento ambiental e de resíduos, incluindo todo o fornecimento de mão de obra especializada, EPI's, EPC's, todos os insumos, equipamentos, ferramentas, peças de reposição e/ou quaisquer outros elementos e/ou materiais necessários ao pleno e adequado funcionamento contínuo das atividades do complexo edílico da Fiocruz-CE, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas nesse Termo de Referência e seus Apêndices (Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento).

Os resultados serão mensurados através de indicadores de desempenho, conforme disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Essa solução deverá ser implementada por meio de contratação de empresa especializada (pessoa jurídica) com conhecimento e experiência em Gestão de Facilities – *Facility Management*, distribuídas conforme a imagem a seguir:

Facilities Fiocruz Ceará



4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. A contratação está classificada como de serviço comum de engenharia, de caráter continuado, onde a mão de obra será:
 - a) Com dedicação exclusiva para os serviços de rotina;
 - b) Sem o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para os serviços programáveis ou sob demanda;
2. A seleção dos fornecedores será feita por meio de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

Conforme os Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem os elementos descritos nos subitens a seguir.

No entanto, com o intuito de uniformizar o entendimento sobre os termos adotados neste Termo de Referência e seus Apêndices (Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento), apresenta-se logo no primeiro subitem, uma série de conceitos estabelecidos para a condução das atividades dessa contratação.

5.1.1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Termo	Conceitos e Definições
Adequação	Conjunto de ações que visam adaptar um ambiente edificado às necessidades específicas de um serviço (pesquisa, ensino, atendimento, entre outros), sem acréscimo de área à existente, tornando seu espaço mais eficiente e adequado ao fim proposto, podendo esse ser novo ou não.
Administração Pública	Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas.
Análise Preliminar de Risco - APR	Técnica de identificação de perigos e avaliação dos riscos envolvidos na execução de um serviço.
Campus	Área que contém um ou mais edifícios em um mesmo terreno.
Canal de Atendimento (sistema próprio)	Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities - Sistema informatizado onde deverão ser cadastrados, pela CONTRATADA, todos os Registros. A CONTRATADA deverá dispor de canal de atendimento próprio. Os prazos para atendimento dos registros solicitados através do canal de atendimento serão definidos pela Fiscalização e deverão observar os critérios dispostos neste termo de referência
CONTRATADA	Empresa proponente, vencedora da licitação, com a qual se celebra o contrato.
CONTRATANTE	É a tomadora do serviço. Para fins desta contratação: Fiocruz, Fiocruz-CE, instituição e Fundação Oswaldo Cruz são termos similares



Termo	Conceitos e Definições
Defeito	É a ocorrência que não impede o funcionamento do equipamento ou sistema afetado, todavia, pode a curto ou longo prazo, acarretar a sua indisponibilidade.
Eficiência Energética	Uso racional de energia elétrica. Está baseada no gerenciamento adequado dos recursos físicos implantados (sistemas, equipamentos, rotinas de medição, consumos, dentre outros) e na proposição de equipamentos e técnicas mais eficientes e econômicas sob o ponto de vista do consumo energético.
Engenharia de Confiabilidade	Avaliação da eficiência dos sistemas sob a responsabilidade da CONTRATADA com foco na seleção da melhor configuração de operações e manutenção, utilizando parâmetros ou atributos de confiabilidade, tais como: Taxa de falha - velocidade em que as falhas se manifestam; Taxa de reparo - velocidade com que os reparos são realizados; Confiabilidade - probabilidade de que um componente ou sistema funcione sem falhar, até o tempo "t" no futuro; Manutenibilidade - probabilidade de restabelecer a um sistema suas condições de funcionamento específicas, em limites de tempo desejados; Disponibilidade média - razão entre o tempo em que o sistema está operacional e o tempo total de operação; Pode ser executado através de planilhas eletrônicas ou outro aplicativo e deverá ser disponibilizado para Fiocruz ao final do contrato.
Engenharia de Manutenção	É o conjunto de serviços que tem por objeto a prestação de manutenção das edificações, construções, áreas externas e internas, sistemas superficiais e subterrâneos e pequenos serviços.
Equipamento de Proteção Coletiva - EPC	É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
Equipamento de Proteção Individual - EPI	É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
Equipamentos, Instrumentos e Ferramentas	Conjunto de componentes interligados com que se realiza materialmente uma atividade de uma instalação. São os utilizados na manutenção preventiva, preditiva e corretiva.
Ergonomia	Visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, minimizando impactos negativos à saúde do trabalhador.
Falha	Anormalidade num equipamento ou sistema com interrupção da capacidade de desempenhar sua função.
Ficha de Cadastro de Equipamentos	Documento no qual são registrados os dados do equipamento contendo o nome do fabricante, características, capacidade, utilização, observações e outras informações.
Ficha de Histórico de Equipamentos	Documento no qual são registrados, sequencialmente por data ocorrências/eventos importantes e/ou não previstos no equipamento.
Fiscal ou Gestor do Contrato	Representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93 e do Decreto n.º 2.271/97, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.
Gerenciamento de Facilidades	Atividade principal do contrato. Visa garantir a operacionalização da Fiocruz-CE, observando e cumprindo os padrões de execução vigentes na instituição. A CONTRATADA deve realizar o gerenciamento, supervisão e execução de todos os serviços descritos neste termo de referência, subcontratados ou não. Segundo a Universidade do Estado de São Paulo/USP/MBA/2016, "O gerenciamento de facilidades é uma tecnologia, que tem por finalidade o planejamento e a operação de processos eficientes, integrando, edificações, equipamentos e serviços (meios) visando oferecer melhor suporte às pessoas, alinhada às estratégias organizacionais, para a efetiva consecução dos propósitos (fins) institucionais. A atividade de gerenciamento de facilidades visa gerar experiências significativas para todos os usuários (em amplo sentido), produzindo



Termo	Conceitos e Definições
	transformações e agregando valor às diversas atividades das organizações” (USP/MBA, apud Moacyr E.A. da Graça, 2012).
Gestão da Operação e Manutenção das Facilities	<p>É o serviço de Gestão das atividades que fazem parte do escopo deste contrato. Serão desenvolvidas pela CONTRATADA a fim de garantir plena operação e funcionamento da Fiocruz-CE.</p> <p>É dividida em:</p> <p>Serviços Técnicos – Manutenção preditiva, preventiva, operação ETE e operação de automação;</p> <p>Serviços de Apoio – Movimentação de cargas, transporte, copeiragem, fornecimento de água em garrafão, chaveiro e recepção;</p> <p>Serviços Ambientais, de Limpeza, Asseio e Conservação – Conservação e limpeza, gerenciamento de resíduos, desobstrução de redes e galerias, manutenção de áreas verdes, limpeza de reservatórios, controle de pragas e vetores;</p> <p>Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial – Segurança patrimonial, bombeiro profissional civil, manutenção e recarga de extintores, certificação de mangueiras de incêndio, portaria.</p>
Gestão Informatizada da Operação (Sistema Informatizado)	Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities - Sistema de gestão próprio a ser implantado, controlado e operacionalizado pela CONTRATADA. Esse sistema deverá ter comunicação (interface) das informações que a Fiscalização julgar necessária com o sistema de manutenção da Fiocruz-CE.
Homem-Hora	Medida calculada segundo a capacidade de trabalho de um indivíduo no espaço de uma hora.
Instalações Cívicas	Compreendem estrutura, alvenarias, pisos internos e externos, revestimentos de parede e piso, esquadrias, vidraria, espelhos, forros, gesso, marcenaria, serralheria, soldagem, pintura e impermeabilização.
Instalações Elétrica	Conjunto de componentes elétricos associados com características coordenadas entre si, construído para uma finalidade determinada. Compreendem sistemas de redes elétricas, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas e redes de aterramento.
Instalações Hidrossanitárias	Compreendem sistemas de redes de água fria, quente e pluvial, redes de esgoto, louças e metais das chamadas áreas molhadas (sanitários, copas e cozinhas), bombas de água e esgoto e reservatórios de água.
Inspeção	Obtenção de informações do estado atual de um componente, equipamento ou instalação, por meio de observação pessoal visual e/ou com auxílio de instrumentos.
Instrumento de Medição de Resultado - IMR	É um ajuste escrito, anexo ao Contrato, entre a CONTRATADA e o órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
Insumo	Entende-se como insumo material acessório para execução do serviço, tais como estopa, eletrodo, rolo de lã, fita crepe e etc.
Manual	É um conjunto de normas, procedimentos, rotinas, tarefas, atividades e instruções que servem para orientar os executantes, de forma sistematizada e de acordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e sistemas.
Manutenção	Todas as ações necessárias para que um item seja conservado ou restaurado, de modo a poder permanecer de acordo com uma condição especificada. É o conjunto de atividades que visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.
Manutenção Corretiva	Manutenção realizada após a ocorrência de uma falha ou parada, destinada a recolocar um item em condições de executar uma determinada função. Podem ser programadas ou não programadas.

Termo	Conceitos e Definições
	Deverão ser registradas no canal de atendimento através de solicitações de ordem de serviço, com prazos de atendimento que variam de acordo com a gravidade e risco, conforme capítulo específico deste termo de referência
Manutenção Corretiva não programada	Quando implica na necessidade de interrupção imediata do funcionamento do equipamento ou local para o reparo (falha funcional).
Manutenção Corretiva programada	Quando é identificada a necessidade de correção ou mudança a fim de melhorar o funcionamento de um sistema, sem que haja risco ao patrimônio ou a terceiros, podendo, portanto, a correção ser agendada (falha potencial ou defeito)
Manutenção Preditiva (manutenção sob condição)	Manutenção baseada na busca por conhecer o estado futuro de um equipamento, sistema ou instalação que ocorre por meio da coleta periódica de dados, através de termografia, detecção de vazamentos, detecção de fugas elétricas, efeito corona, balanceamento, alinhamento, calibração, análise de óleo, vibração, e outros serviços;
Manutenção Preventiva	Manutenção realizada em intervalos predeterminados, de acordo com critérios previamente descritos, destinados a reduzir a probabilidade de falha de um determinado item. É realizada através e vistorias, revisões, inspeções periódicas e acompanhamento às operações visando a conservação e prevenção de falhas.
Materiais	São componentes e demais insumos utilizados rotineiramente na execução dos serviços, ainda que não integrem diretamente os sistemas, equipamentos ou instalações, mas que por defeito, quebra, fadiga ou fim da vida útil necessitem ser substituídos para o reestabelecimento das atividades objeto desta contratação. Serão adquiridos conforme descrito em capítulo específico deste termo de referência
Monitoramento	Atividade de examinar, acompanhar, avaliar e verificar a obediência a condições previamente estabelecidas num dado instante ou em um determinado período de tempo, visando o acompanhamento do estado atual e as tendências de deterioração e possíveis falhas do equipamento e para a perfeita execução.
Ocorrência	Registro de reclamação, crítica ou sugestão, relacionada a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA e sua(s) SUBCONTRATADA(s). Tem impacto direto na apuração dos indicadores de desempenho da CONTRATADA e na medição dos serviços prestados. São classificadas em: Ocorrências Gerais, Prioritárias e Graves. Os prazos para atendimento das ocorrências estão definidos em capítulo específico deste termo de referência.
Ocorrências Gerais (OCG):	Aquelas relacionadas a falhas na execução dos serviços de responsabilidade da CONTRATADA, de gravidade menores, tais como críticas negativas, avaliações ruins ou péssimas nas demandas dos serviços realizados pela CONTRATADA e o descumprimento e/ou atraso, injustificado, nos prazos estabelecidos nos canais de atendimento.
Ocorrências Prioritárias (OPR):	Aquelas relacionadas a falhas ou paradas não programadas nos sistemas semicríticos, atrasos ou inexecução de serviços que constam no plano de trabalho da CONTRATADA e reincidências de ocorrências gerais no mesmo período de medição;
Ocorrências Graves (OGR):	São aquelas relacionadas a falhas ou paradas não programadas nos sistemas críticos, falhas na execução dos serviços de responsabilidade da CONTRATADA, e sua(s) SUBCONTRATADA(s), que causarem ou tenham potencial de causar, direta ou indiretamente, danos, prejuízos ou despesas adicionais à Fiocruz-CE ou terceiros; informações prestadas divergentes dos fatos e/ou situações reais apurados, cujas justificativas sejam consideradas inaceitáveis pela Fiscalização
Ordem de Serviços - OS	Documento que irá receber todas as informações necessárias para a execução dos trabalhos, além de coletar os custos de todas as operações. É gerada após a aprovação da requisição de serviço pela Fiscalização. É um documento utilizado para acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução do contrato, que deverá estabelecer quantidades, prazos e custos da atividade a ser executada e possibilitar a verificação da conformidade e satisfação do solicitante quanto ao serviço executado.

Termo	Conceitos e Definições
Padronização	É o conjunto de condições a serem satisfeitas com o objetivo de uniformizar procedimentos, formatos, dimensões, pesos, materiais e outras características.
Peças e partes	<p>Todo e qualquer elemento físico não divisível de um mecanismo. É a parte do equipamento onde, de uma maneira geral serão desenvolvidas as trocas e reparos.</p> <p>Passam a integrar um sistema, equipamento ou instalação.</p> <p>São também itens de substituição não habitual, para fins específicos e não rotineiros.</p> <p>A Fiscalização poderá utilizar os critérios definidos em capítulo específico deste termo de referência.</p>
Permissão de Trabalho - PT	É um documento formal, que serve como ferramenta de prevenção para identificar e avaliar previamente os riscos de atividades e tarefas com potencial de provocar danos às pessoas, bens e/ou patrimônio. É a autorização para prosseguimento dos serviços de manutenção onde sejam identificados risco de sua execução.
Pesquisa de Avaliação	Pesquisa realizada pela CONTRATADA, junto aos trabalhadores da FioCruz e seus visitantes, para verificar a satisfação dos serviços prestados pela CONTRATADA. Para isso a CONTRATADA deverá disponibilizar canal, online, para os clientes internos apurarem a qualidade das soluções apresentadas.
Plano de ação	Documento a ser elaborado pela CONTRATADA onde se destacam os estudos para realização de intervenções variadas. Esse plano deve considerar prazos, remanejamentos, instalações e desinstalações de unidades, autorizações de acesso, entre outros, e deve ser ratificado pelas partes envolvidas.
Plano de Manutenção / Plano de Trabalho	<p>Conjunto sistemático de atividades e providências, a serem desenvolvidas e tomadas pela CONTRATADA, com objetivo de garantir a plena realização do objeto contratual. Nele a CONTRATADA apresenta, para validação pela Fiscalização, sua forma de atuação, estrutura interna, detalhamento de prestação/execução, por atividades, supervisão e gerenciamento dos serviços.</p> <p>Define o tipo de intervenção e periodicidade que serão realizadas nos serviços prestados.</p> <p>Nele deve constar a forma de atuação em caso de contingências, o gerenciamento das garantias dos equipamentos e o plano de gestão e desempenho, plano de logística, plano de serviço de apoio, plano de manutenção predial, plano de operação predial, e o plano de gerenciamento de resíduos visando sua melhoria contínua.</p> <p>Forma de inter-relacionar os recursos disponíveis ao contrato (humano, financeiro, material e tecnológico), estabelecendo cronogramas e designando responsáveis.</p> <p>Deve ser elaborado pela CONTRATADA, para cada equipamento ou sistema, segundo determinada metodologia, como discriminação pormenorizada</p>
Plano de Prevenção Contra Riscos Ambientais - PPRA	É o programa de prevenção de responsabilidade dos empregadores visando, através de ações de antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais no trabalho, a proteção da saúde e integridade física destes.
Prioridade	É a condição de algo que necessita que se ocorra de maneira imediata e emergencial.
Procedimentos	É o "como fazer", o "passo-a-passo" das atividades, tarefas e etapas necessárias à execução dos serviços, sendo descritas em documento próprio da CONTRATADA e que serve de base para o treinamento e capacitação de seus empregados, visando o uso correto dos equipamentos e a adequada prestação dos serviços. Sua origem está associada a análise preliminar de risco (APR) e a permissão de trabalho (PT) e deve prever, inclusive, a emissão de recomendações adicionais de segurança (RAS).
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.
Proteção	Ação automática provocada por dispositivos sensíveis a determinadas condições anormais que ocorrem no circuito no sentido de evitar danos às pessoas e aos animais e/ou evitar ou limitar danos a um sistema ou equipamento elétrico.

Termo	Conceitos e Definições
Registro	São requisições de manutenção, anotações em Ordem de manutenção, inclusive sugestões, elogios, críticas e solicitações para os serviços objeto do contrato. Devem ser cadastradas nos sistemas da CONTRATADA e da FIOCRUZ.
Requisição de Serviços - RS	Documento inicial gerado para solicitar atendimento de manutenção. Após análise da Fiscalização pode gerar uma ordem de serviço.
Responsável Técnico (RT)	Profissional pertencente ao quadro técnico da empresa, com as qualificações e formação exigidas, que responde por todas as obras e/ou serviços de sua área, a executar-se ou em execução na vigência de seu contrato com essa empresa.
Reunião de Análise Mensal (RAM)	Reuniões realizadas mensalmente, entre CONTRATADA e Fiscalização, com o objetivo de acompanhar execução dos serviços prestados, a validação dos apontamentos e a definição dos valores que balizarão a medição dos serviços mensais.
Rotina de Execução de Serviços	É o detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.
Serviços Contínuos	São serviços cuja interrupção compromete as atividades da Administração, podendo sua contratação estender-se por mais de um exercício financeiro.
Serviços Contratados	São aqueles descritos no objeto desta contratação.
Serviços Ambientais, de Limpeza, Asseio e Conservação	São serviços incluídos nessa contratação a fim de garantir à Fiocruz as condições de higiene e segurança em suas instalações. Envolvem Toda e qualquer atividade ligadas aos serviços ambientais previstos nesta contratação descritas nas legislações Federais, Estaduais e Municipais.
Serviço de Apoio	São os serviços contratados para movimentação de cargas, chaveiro, transporte de passageiros, de documentos e controle de recepção.
Serviço de Conservação e Limpeza	São os serviços contratados para limpeza predial, higiene, asseio e conservação dos ambientes da Fiocruz-CE.
Serviço de Manutenção	Atividades de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos equipamentos, instalações e sistemas existentes na Fiocruz-CE.
Serviço de Manutenção Predial	São os serviços contratados para a realização das atividades de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos sistemas, instalações e equipamentos: iluminação, elétrico, mecânico, climatizadores de ar, elevadores, sistemas hidráulicos, instalações civis, automação, grupo geradores (incluindo o abastecimento de combustíveis) sistemas críticos e demais equipamentos e sistemas.
Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial	Toda e qualquer atividade ligada aos serviços de vigilância e segurança patrimonial incluindo a disponibilização de estruturas, equipamentos, autorizações, licenças, instalações, itens de sinalização, plantas e mobiliários Envolvem Toda e qualquer atividade ligadas à Segurança patrimonial previstos nesta contratação e descritas nas legislações Federais, Estaduais e Municipais.
Sistema Elétrico	Elemento de infraestrutura elétrica constituinte de sistemas de redes de baixa, média e alta tensão e compostos por condutores elétricos, dispositivos de proteção (disjuntores, DR, DPS), barramentos, pontos de luz e força, bem como pelos equipamentos conectados a estes elementos destinados a regulação, adequação ou ajuste de tensões elétricas de alimentação, por exemplo, transformadores, estabilizadores, nobreaks, geradores etc. Conforme definição da Norma Regulamentadora 10 (NR-10) do Ministério do Trabalho, a CONTRATADA deve manter registros que permitam a perfeita construção ao prontuário das instalações elétricas.
Sistema de Aterramento (SPDA)	Sistema composto por hastes e condutores elétricos que permitem escoar para terra correntes de defeito, fuga e descargas atmosféricas.
Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (SDAI)	Sistema composto por centrais, detectores, acionadores manuais que monitoram as condições de incêndio das edificações



Termo	Conceitos e Definições
Sistemas e Equipamentos Críticos	<p>São aqueles cuja falha, não funcionamento ou defeito inviabiliza ou acarreta situações anormais ao funcionamento à Fiocruz, tais como: Sistema de Esgoto; Abastecimento de Água; Sistema de Iluminação; Subestações e transformadores; Sistema de Refrigeração; Sistemas de automação; CPD/Sala Cofre.</p> <p>São sistemas que demandam monitoramento especial e constante por isso não podem ter seu funcionamento ou operação interrompidos em decorrência de atividade ou omissão da CONTRATADA, independentemente das circunstâncias, salvo autorização da Fiscalização para reparos ou testes.</p>
Sistemas e Equipamentos Semicríticos	<p>São aqueles cuja falha, funcionamento irregular ou defeito resulta em dificuldades à operacionalização das atividades da Fiocruz-CE, podendo causar prejuízos e/ou danos à instituição e terceiros, tais como: Grupos Motos Geradores; Elevadores; Sistemas de detecção e combate a incêndio; Sistema de Proteção contra descargas Atmosféricas e Nobreaks.</p>
Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI	<p>Tabela utilizada no orçamento de obras, mantida pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil</p> <p>A CONTRATADA deverá utilizar como primeira opção a fim de elaborar os orçamentos das atividades de corretiva.</p> <p>A CEF disponibiliza acesso pelo sítio: http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/sinapi/</p> <p>e a CONTRATADA deverá providenciar acesso a área restrita junto a CEF, devendo considerar os gastos em sua composição de custos.</p>
Subestação	<p>Instalação elétrica destinada à manobra, transformação e/ou outra forma de conversão de energia elétrica.</p>
Sustentabilidade ambiental	<p>Trata-se do atendimento de necessidades no fornecimento de recursos naturais, recursos energéticos ou de matérias-primas nas instalações prediais, de forma a se eliminar desperdícios e mitigar o consumo desnecessário desses recursos. O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.</p>
Tabela SEINFRA-CE	<p>Instrumento que, na ausência do item na listagem do SINAPI, estabelecerá os valores a serem adotados pela CONTRATADA na elaboração de orçamento de referência para realização das atividades de manutenção corretiva.</p>
TAG	<p>Número que identifica a localização física de um equipamento ou instalação.</p>
Terminologia	<p>É o conjunto de definições e conceitos de termos técnicos, elaborados com o objetivo de estabelecer uma linguagem comum entre CONTRATANTE e CONTRATADA na execução dos serviços.</p>
Termo de Referência	<p>Peça que descreve a prestação dos serviços, que contém os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela Administração, com a contratação e os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o serviço a ser contratado, além de estabelecer direitos e obrigações, frequências, periodicidade, ferramentas e equipamentos, insumos, quadro de pessoal, controle e monitoramentos, etc., a serem adotados pela CONTRATADA.</p>

5.1.2. PREMISSAS

5.1.2.1. Qualificações Técnico-operacionais

São requisitos técnico-operacionais recomendados a serem comprovados pela licitante vencedora do certame de contratação para prestação de serviço integrado de apoio a gestão, operação e manutenção da Fiocruz-CE, na modalidade de Facility Management. A CONTRATADA deverá apresentar:

- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

- b) Apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, devidamente identificada e em nome da licitante, onde comprove que a licitante tenha executado de forma satisfatória os serviços, conforme descritos na tabela abaixo:

Serviço	Atestados exigidos
Serviços de manutenção de sistema de climatização (Incluindo sistemas centrais e individuais)	Ter realizado contrato de manutenção em sistemas de climatização central de expansão indireta (a ar ou água) que totalizem, ao menos, 200 TR's, por período não inferior a 24 meses;
Serviços de manutenção predial (Incluindo instalações hidrossanitários, civis, elétrica de baixa, média tensão e alta tensão)	Ter realizado contrato de manutenção predial, com fornecimento de materiais, ferramentas e insumos, com pelo menos 50% do efetivo estimado pela Fiocruz-CE para essa contratação, por período não inferior a 24 meses;
Serviços de conservação e limpeza	Ter realizado contrato de conservação e limpeza, com fornecimento de todos os recursos necessários contemplando áreas administrativas e uso comum, com pelo menos 30.000 metros quadrados, por período não inferior a 24 meses;
Elevadores	Ter realizado contrato de manutenção de elevadores de passageiros, com quantidade mínima de 03 elevadores e ao menos 3 paradas, por período não inferior a 24 meses;
Manutenção e Operação de ETE	Ter realizado contrato de operação e manutenção em estação de tratamento de esgotos, por período não inferior a 24 meses;
Gerenciamento de resíduos	Ter realizado contrato de gerenciamento de resíduos, com coleta interna e seletiva de resíduos recicláveis, extraordinários da construção civil incluindo a segregação, acondicionamento, identificação e destinação final, por período não inferior a 24 meses;
Subestações e Geradores	Ter realizado contrato de operação, manutenção preventiva e corretiva em subestações de energia elétrica não inferior a 13,8KV, por período não inferior a 24 meses e; Ter realizado contrato de operação, manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores à diesel, de potência superior a 500 KVA, por período não inferior a 12 meses.

Observações:

- 1º. Para os serviços listados, cujo a Administração estima a métrica de contratação como mão de obra residente, é desejável que o licitante comprove execução satisfatória de contrato com efetivo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho estimados nesta contratação.
- 2º. Deve ser admitido o somatório de diferentes atestados de serviços para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional. Esses poderão ter sido executados de forma concomitante ou não, entretanto, não poderão ter prazo de duração inferiores a um (01) ano;
- 3º. Deve ser admitida a apresentação de comprovantes de contratos em vigência para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, desde que tenha decorrido ao menos 12 meses de execução contratual;

Nota: A licitante poderá apresentar atestado que comprove a prestação de serviços de Facility, desde que o contrato inclua as atividades de: gestão, operação, manutenção de refrigeração, manutenção predial, de elevadores, de subestações, de geradores, limpeza, conservação, jardinagem e gerenciamento de resíduos. As disciplinas não incluídas na contratação por Facility

poderão ser comprovadas em atestados separados pela licitante, nas mesmas condições descritas na tabela e suas observações.

A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentando sempre que solicitado, dentre outros documentos: cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atualizado da CONTRATANTE e condições sob as quais foram prestados os serviços.

A licitante deverá comprovar capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de certidão de acervo técnico – CAT, expedida pelo CREA (ou Conselho de classe equivalente), nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão desta execução contratual, que demonstre a anotação de responsabilidade técnica - ART (ou equivalente), relativo à execução dos serviços de gestão e manutenção, a saber:

- a) Gerente de Facilidades, devidamente reconhecido por entidade profissional competente, possuidor de formação acadêmica de nível superior preferencialmente em engenharia, arquitetura ou administração, além de experiência mínima desejável de 02 (dois) anos em gestão de ativos ou gestão predial ou gerenciamento de facilities;
- b) Engenheiro Civil ou Arquiteto, com experiência comprovada em manutenção predial, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de ART ou RRT para execução e orientação aos profissionais na prestação de serviço de manutenção predial, com utilização obrigatória de Planejamento e Controle da Manutenção (PCM);
- c) Engenheiro Eletricista, com experiência comprovada em manutenção, devidamente reconhecido por entidade profissional competente, detentor de ART para execução e orientação aos profissionais de elétrica dos serviços elétricos incluídos na contratação, com utilização obrigatória de PCM;
- d) Engenheiro Mecânico, com experiência comprovada em manutenção, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de ART para execução e orientação aos profissionais de mecânica na prestação dos serviços de manutenção em refrigeração, elevadores e plataformas verticais, com utilização obrigatória de Plano de Manutenção e Operação e Controle (PMOC).

5.1.3. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

1. O contrato terá duração inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, prorrogável sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.1.4. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS, TECNOLOGIAS E TÉCNICAS EMPREGADAS

1. A CONTRATADA deverá enviar à Fiocruz, semestralmente e ao final do contrato, e sempre que solicitado pela Fiscalização, arquivo digital com histórico de atendimentos, demandas e demais informações constantes no cadastro de gestão de ativos;
2. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da informação que entregará para a CONTRATANTE.
3. **A CONTRATADA deverá realizar a transição de quaisquer métodos, procedimentos, aplicação de sistemas informatizados, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo que a CONTRATANTE exija, inclusive, a capacitação de seus técnicos ou de nova empresa que continuará a execução dos serviços.**
4. Será de responsabilidade da CONTRATADA a aquisição das licenças dos sistemas a serem utilizados para a execução dos serviços. As licenças a serem adquiridas pela CONTRATADA serão de propriedade da CONTRATANTE e, por isso, as compras dos sistemas deverão ser realizadas e concluídas em nome da CONTRATANTE. Solução de mercado escolhida.

Para esta contratação a Fiocruz utilizará a modalidade de gerenciamento de facilidades com serviços sob demanda/planejado e serviços fixos, conforme detalhado no quadro abaixo:

20

1. A mão de obra residente prevista para o atendimento às demandas de preventiva/preditiva deverá, preferencialmente, realizar as ações de corretiva, entretanto, não poderá constar no orçamento a ser desenvolvido pela CONTRATADA, evitando assim pagamento duplicado pela mesma mão de obra (essa será paga na fatura mensal do contrato). É de responsabilidade da CONTRATADA demonstrar, caso não seja possível, a utilização da mão de obra especificada.
2. Independente da vigência do contrato, os serviços eventuais executados terão garantia mínima de seis (06) meses, contando do recebimento definitivo pela Fiscalização
3. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período da garantia de seis (06) meses.
4. Não existe previsão de demanda mínima para os serviços sob demanda.
5. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentas, insumos e materiais necessários à execução do objeto licitado, utilizando planilha de custos e IMR (Instrumento de Medição de Resultado) para pagamento pelos serviços prestados.
6. Os enquadramentos das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte:

Categoria Profissional	CBO
Engenheiro, Arquiteto e afins	CBO 214
Engenheiro Civil	CBO 2142
Engenheiro Eletricista	CBO 2143
Engenheiro Mecânico	CBO 2144
Planejadores, programadores e controladores de produção e manutenção	CBO 3911
Mantenedores eletromecânicos	CBO 954
Técnico de Segurança do Trabalho	CBO 3516-05
Mecânico de Refrigeração	CBO 7257-05
Auxiliar mecânico de Refrigeração	CBO 9112-05
Eletromecânico de manutenção de elevadores	CBO 954105
Técnico de saneamento (ETE)	CBO 3122-10
Operador de sistemas	CBO 3172
Assistente Administrativo	CBO 4110
Bombeiro hidráulico/gasista	CBO 7241
Auxiliar de manutenção elétrica e hidráulica	CBO 5143-10

Categoria Profissional	CBO
Eletricista	CBO 7321
Bombeiro Civil	CBO 5171-10
Artífice de Manutenção	CBO 9143-05
Operador de sistema	CBO 3172
Almoxarife	CBO 4141-05
Motorista	CBO 7823
Técnico de automação	CBO 3132
Recepcionista	CBO 4221
Servente de Limpeza	CBO 5143-20
Supervisor de vigilantes	CBO 5103-10
Vigilante	CBO 5173-30
Porteiro	CBO 5174
Copeiro	CBO 5134-25
Operador de ceifadeira	CBO 9922

5.1.5. DECLARAÇÃO DO LICITANTE

1. A licitante deverá declarar, através de carta, que tem pleno conhecimento dos termos da contratação e que detém as condições necessárias para a prestação do serviço de forma satisfatória.

5.1.6. SOBRE MÃO-DE-OBRA, QUANTIDADE, REGIME DE TRABALHO, ENTRE OUTROS

1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum continuado para todas as Facilities listadas nesse Termo de Referência e em seus Apêndices, nos quais constam, conforme aplicável a cada um, as Descrições/Especificações, Unidade de Medida e Métrica, Quantidade envolvida, Quantidade de Postos de Trabalho e respectivos turnos e horas, Forma da Demanda, Atividade vinculada, Forma de contratação, Produtos que deverão ser utilizados, Tipos de Contentores a serem usados, etc.

2. As atividades relacionadas a cada serviço, EPIs, uniformes, entre outros, estão disponibilizadas e detalhadas nos Apêndices “Descrição dos Serviços” com todas as informações técnicas para cada um deles.

Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.

6. VISTORIA DA LICITAÇÃO

No que concerne às vistorias para a licitação:

1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, é recomendado ao licitante realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de 2ª a 6ª feira, das 9:00 horas às 16:00 horas, devendo a vistoria ser realizada com prévio agendamento através:
 - **Dos telefones de contato:** (85) 3215-6465 e (85) 3215-6450
 - **Do e-mail:** renato.souza@fiocruz.br (Sr. Renato Caldeira de Souza)
2. A realização da **vistoria é facultativa**, a cargo da licitante.
3. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação.
5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
6. Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
7. Por ocasião da vistoria, à licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto, suas dinâmicas e especificidades para cada serviço listado nesse Termo de Referência estão detalhadas de forma minuciosa nos **Apêndices “Descrição dos Serviços”** (Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento), nos quais constam, conforme aplicável a cada um, as definições para:

- a) As descrições detalhadas dos serviços/tarefas expressamente arrolados a serem desenvolvidas pelo empregado alocado e a respectiva rotina de execução, suas etapas, frequência e periodicidade, para que a Administração possa, no momento futuro de Fiscalização do contrato, exigir o seu cumprimento;
- b) As soluções técnicas adotadas quanto à Forma da Demanda, Atividade, Forma de contratação, Métrica, Unidade de Medição, Quantidade envolvida, Quantidade de Postos de Trabalho e respectivos turnos e horas, Produtos que deverão ser utilizados, Tipos de Contentores a serem usados, etc;
- c) Os tipos e formas de fornecimento de Uniformes e EPIs;
- d) Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas;
- e) Os deveres e disciplina exigidos;

- f) O cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos;
- g) O método de quantificar os volumes de serviços a demandar ao longo do contrato, se for o caso, devidamente justificado;
- h) O modelo de Ordem de Serviço deverá ser definido em conjunto com a Fiscalização e conforme disponibilizado e/ou customizado no sistema informatizado a ser disponibilizado pela CONTRATADA;
- i) Os serviços de disponibilização de Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities, com o qual a CONTRATADA deverá realizar a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, incluindo, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE e/ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

7.1. O PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo para início da execução do objeto será a partir da assinatura do contrato e mediante Ordem de Serviço emitida pela Fiscalização, conforme Reunião de Partida.

O prazo mínimo previsto para início da prestação de serviços deverá ser o suficiente para possibilitar ao prestador condições de cumprir fielmente o contrato.

A CONTRATADA terá prazos suficientes para elaborar e fornecer planos para cada serviço, conforme descrito nos Apêndices deste documento.

No entanto, deverá atuar de modo proativo e ágil visando à implementação do Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities.

7.2. LOCALIDADE E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

- 1. Os serviços deverão ser realizados na localidade Fiocruz-CE situada no município de Eusébio, as margens da Lagoa da Precabura, na rua São José, s/nº.
- 2. O Horário principal de funcionamento e operação das edificações no Campus Fiocruz-CE é das 08h00min às 17h00min, de segunda-feira a sexta-feira – Horário de Brasília.
- 3. **Os serviços com horários de funcionamento diferenciados estão indicados nas descrições das atividades e seus subitens, conforme os conteúdos detalhados nos Apêndices “Descrição dos Serviços” para cada serviço contratado.** Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.

Em caso de necessidade, a CONTRATANTE poderá solicitar que a execução de uma determinada atividade seja realizada em horários alternativos ou nos finais de semana.

- 4. A CONTRATADA poderá atuar fora do horário indicado acima, entretanto deverá obter, obrigatoriamente, a anuência prévia da Fiscalização.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

O presente tópico guarda absoluta harmonia com a disciplina de recebimento e pagamento, a qual detalha aspectos que ali estão somente mencionados e a seguir os seus subitens esclarecedores.

8.1. ATORES PARTICIPANTES DA GESTÃO DO CONTRATO

Os principais atores participantes da Gestão do Contrato, conforme preconiza a Legislação, são:

- Gestor da execução do contrato,

- Fiscalização Técnica:
- Fiscalização Administrativa:
- Fiscalização Setorial:
- Fiscalização pelo Público Usuário:

As respectivas responsabilidades estão descritas no item deste documento: “CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO”.

8.2. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATANTE E A CONTRATADA (PRESTADORA DE SERVIÇOS)

1. O mecanismo de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser pautado pela estreita parceria entre as partes, onde a equipe técnica da CONTRATADA manterá permanente contato com a Fiscalização. No entanto, é importante salientar que esta parceria CONTRATANTE/CONTRATADA não significa diluição das responsabilidades técnicas e legais da CONTRATADA diante do contrato.
2. A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Trabalho, o qual consiste em um cronograma geral e detalhado com orientações de conduta para cada serviço contido nos Apêndices deste Termo de Referência “Descrição dos Serviços”, como também, o uso e a aplicação de um Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities. Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.
3. O Sistema mencionado deverá ser fornecido, mantido e operado pela CONTRATADA e também pela CONTRATANTE, conforme lhe couber. Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.
4. Deverão ser realizadas reuniões periódicas mensais ou a critério da Fiscalização para apresentação de relatórios, conforme descrito em cada Apêndice respectivo a cada tipo de serviço a ser prestado/executado.
5. Todas as reuniões serão registradas em ATAS pela CONTRATADA, sendo validadas após a aprovação pela CONTRATANTE.
6. A CONTRATADA deverá fornecer “livro de ocorrência”, caderno cujas folhas são numeradas e pautadas. Nele serão relatados pela FISCALIZAÇÃO as falhas/faltas contratuais passíveis ou não de aplicação de glosa através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a critério da FISCALIZAÇÃO.

8.3. FORMA DE AFERIÇÃO/MEDIÇÃO DO SERVIÇO

Para a aferição e medição dos serviços será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação de serviços, conforme descrito nos subitens a seguir.

8.3.1. IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

1. Tem por objetivo estabelecer os critérios para medição que será aplicado na vigência do contrato, com exigências acerca da qualidade e quantidade da execução dos serviços de rotina e sua respectiva medição, para fins de adequação ao pagamento aos resultados efetivamente obtidos durante o período de faturamento mensal do contrato, assim como estabelecimento e definição dos respectivos abatimentos.
2. São definidos indicadores de desempenho e parâmetros de avaliação (indícios de não conformidade) para os serviços contratados que irão permitir a definição de metas e a medição dos resultados atingidos em áreas críticas da execução do contrato.
3. O IMR estabelece as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviços indicando as principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços nos campi FioCruz.

4. A incidência de desconto pelo IMR na remuneração mensal da CONTRATADA, não anula a responsabilidade por danos civis e criminais, bem como a incidência de penalidades previstas neste documento e no instrumento contratual.
5. A avaliação dos serviços executados será realizada de forma periódica, podendo servir como fator redutor dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, em conformidade com o que for verificado no IMR.
6. Caso não atingido o nível esperado de qualidade de prestação do serviço, o valor mensal a ser pago à CONTRATADA será reduzido, conforme os índices de desconto da manutenção preventiva/preditiva, corretiva e análise geral do serviço da CONTRATADA.
7. O **prazo de carência para adaptação e início da avaliação por meio de IMR será de 60 (sessenta) dias**. Nesse período ainda que não seja de fato glosada por determinada irregularidade, a CONTRATADA deverá medir e apresentar os IMR a fim de comprovar sua execução contratual.
8. O IMR referente a manutenção preventiva/preditiva, corretiva e análise geral do serviço da CONTRATADA **se acumulam entre si, podendo gerar descontos cumulativos do valor mensal da nota fiscal de faturamento a ser pago para a CONTRATADA pelo limite máximo de 15% (quinze por cento) de desconto**.
9. A utilização do IMR não impede a aplicação de qualquer Sanção Administrativa pela não realização da manutenção corretiva ou preventiva no prazo ou na qualidade descrita.
10. Para a operacionalização do instrumento (IMR), a contratada deverá observar os indicadores de número 01 e 02, descritos a seguir, no subitem 8.3.1.1, com sua devida metodologia de avaliação, bem como, o indicador de número 03, no subitem 8.3.1.2, que trata dos parâmetros de avaliação dos serviços contratados, presentes no apêndice 7 desse Termo de Referência, com sua respectiva metodologia de avaliação.

8.3.1.1. IMR para atividades de manutenção

INDICADOR Nº01	
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO ÀS ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/PREDITIVA	
Item	Descrição
Finalidade:	Garantir as condições operacionais das áreas ocupadas e ambientes.
Meta a cumprir	Executar 100% das rotinas programadas de manutenção preventiva/preditiva.
Instrumento de medição	Fichas técnicas de manutenção preventiva/preditiva. São consideradas realizadas aquelas rotinas que tenham assinatura do usuário da sala/unidade ou de representante indicado pela Fiscalização.
Forma de acompanhamento	Verificação das Fichas Técnicas, assinadas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo Cada rotina	Total de manutenções preventivas efetivamente realizadas / (Total de manutenções preventivas previstas para o período (conforme cadastro no sistema) – Total de manutenções preventivas não realizadas, com justificativa aceita pela Fiscalização).
Início de Vigência	60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Para a faixa de: . 95% a 100% dos serviços executados – 0% de desconto; . 90% a 94,9% dos serviços executados – 1% de desconto; . 85% a 89,9% dos serviços executados – 2% de desconto; . 80% a 84,9% dos serviços executados – 3% de desconto; . 75% a 79,9% dos serviços executados – 4% de desconto; . 70% a 74,9% dos serviços executados – 5% de desconto.

Sanções Adicionais	Não se aplica
Observações	1. Execução inferior à 70% resultarão em sanção administrativa por inexecução parcial do objeto. 2. As glosas (descontos) previstas nesse Indicador serão aplicadas sobre o valor bruto previsto para o faturamento mensal dos “Serviços Técnicos”.
INDICADOR Nº02	
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA	
Item	Descrição
Finalidade:	Garantir as condições operacionais das áreas ocupadas e ambientes no menor tempo possível, com qualidade e em conformidade com as exigências da Fiocruz.
Meta a cumprir	Executar 100% das Ordens de Serviços (OS) de manutenção corretiva conforme os seguintes prazos de restabelecimento: O.S. Normal – até 05 (cinco) dias corridos após aprovação pela Fiscalização; O.S. Prioritária – até 03 (três) dias corridos após aprovação pela Fiscalização; O.S. Emergencial – até 12 horas corridas após aprovação pela Fiscalização;
Instrumento de medição	Ordens de Serviço de manutenção corretiva realizadas. São consideradas realizadas aquelas que tiverem a assinatura do usuário ou da Fiscalização.
Forma de acompanhamento	Análise das avaliações mensais dos usuários da área solicitante nas Ordens de Serviço
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo Cada rotina	Total de Ordens de Serviço de manutenção corretiva efetivamente concluídas / (Total de Ordens de Serviço de manutenção corretiva entregues a CONTRATADA – Total de Ordens de Serviço pendentes, porém com justificativa).
Início de Vigência	60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Para a faixa de: . 95% a 100% dos serviços executados – 0% de desconto; . 90% a 94,9% dos serviços executados – 1% de desconto; . 85% a 89,9% dos serviços executados – 2% de desconto; . 80% a 84,9% dos serviços executados – 3% de desconto; . 75% a 79,9% dos serviços executados – 4% de desconto; . 70% a 74,9% dos serviços executados – 5% de desconto.
Sanções Adicionais	É previsto em planilha de “Avaliação dos serviços contratados” glosa para os casos em que a CONTRATADA não cumpra o prazo de atendimento de (02) duas horas.
Observações	1. Execução inferior à 70% resultarão em sanção administrativa por inexecução parcial do objeto. 2. A Fiscalização faz distinção entre as definições de prazo, considerando: Prazo para atendimento – Aquele contado do momento da abertura de solicitação do serviço de corretiva no sistema informatizado até a hora em que o técnico está no local onde o problema foi constatado e possui diagnóstico para encaminhamento da solução. Prazo para restabelecimento- Aquele contado da hora em que a solicitação é aprovada para execução pela Fiscalização, até a hora que o problema é devidamente solucionado e a O.S. baixada do sistema de gerenciamento informatizado. 3. O prazo descrito no campo “Meta a cumprir” trata-se do prazo para restabelecimento. No entanto, a CONTRATADA deverá garantir que o prazo de

	<p>atendimento ocorra em até duas horas, salvo justificativas aceitas pela Fiscalização.</p> <p>4. As glosas (descontos) previstas nesse Indicador serão aplicadas sobre o valor bruto previsto para o faturamento mensal dos “Serviços Técnicos”.</p>
--	--

8.3.1.2. IMR para Análise Geral do Serviço da CONTRATADA

INDICADOR Nº03	
ANÁLISE GERAL DO SERVIÇO DA CONTRATADA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir as condições operacionais perfeitas do contrato, da mão de obra, e da prestação do serviço de maneira adequada.
Meta a cumprir	Não realizar nenhuma das infrações relacionadas nos parâmetros de avaliação dos serviços contratados, listados no apêndice 7 desse Termo de Referência.
Instrumento de medição	Solicitação e diligência realizadas pelo fiscal do contrato ao preposto, em documento escrito.
Forma de acompanhamento	Análise da resposta dessa solicitação do Fiscal do contrato, entregue pelo preposto.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo Cada rotina	<p>Cada irregularidade verificada na planilha do apêndice 7, equivale a um determinado grau. O grau da infração e a recorrência verificados indicará o desconto a ser realizado na fatura da CONTRATADA.</p> <p>Poderá ser considerada a inexecução parcial do objeto, caso a CONTRATADA atinja percentual de desconto igual ou superior a 8%, pelo período de 3 meses subsequentes ou 9 meses dentro do período da vigência contratual.</p> <p>A glosa (descontos) desse indicador será aplicada sobre o valor da fatura mensal do contrato, descontados os valores dos serviços técnicos.</p>
Início de Vigência	Da data da assinatura do contrato pelo período de 12 meses.
<p>Faixas de ajuste de pagamento:</p> <p>Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará glosas pelo serviço deficitário, conforme a graduação estabelecida no Apêndice 7 (planilha eletrônica) - “Parâmetros de avaliação dos serviços contratados”.</p>	

9. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e outros insumos, além de mão de obra necessários, nas quantidades estimadas e qualidades discriminadas nos Apêndices desse Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.
2. A CONTRATADA será a responsável por estabelecer a logística para armazenamento e transporte de todos os equipamentos, ferramentas e materiais de sua propriedade de forma a atender às necessidades de reposição e uso frequente.
3. Nos Apêndices “Descrição dos Serviços”, constam, conforme aplicável a cada um, os tipos e as quantidade de materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e outros insumos envolvido, os quais deverão ser fornecidos, utilizados e/ou mantidos pela CONTRATADA. Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O COMPLEXO EDIFÍCIO DA FIOCRUZ-CE

O complexo edifício da Fiocruz-CE está localizado no município de Eusébio, às margens da Lagoa da Precabura, na rua São José, s/nº.



10.1.1. QUANTIDADE DE PRÉDIOS NO CAMPUS FIOCRUZ-CE E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O complexo é constituído por 19 prédios (sendo 02 em fase de projeto) que ocupam quase 27.000,00 m² (vinte e sete mil metros quadrados) de uma área total edificada aproximada de 55.600,00 m² (cinquenta e cinco mil e seiscentos metros quadrados).

Pavilhões	Área total por Pavilhão
Guarita de acesso social	67,44 m²
Bloco de Gestão	6.385,51 m²
Bloco de Pesquisas	7.905,59
Quiosque 01	117,67 m²
Quiosque 02	122,07 m²
Anfiteatro	0,00 m²
Auditório	1.289,06 m²
Bicicletário	122,01 m²
Guarita de veículos	32,62 m²
Guarita de funcionários/pátio	23,77m²
Subestação	20,88 m²
Bloco de manutenção	1.736,48 m²
Bloco de Serviços	397,41 m²
Sala Cofre	133,67 m²
Unadig	2.390,62 m²
Wolbachia (Edificação futura)	1.973,39 m²
Central de inativação Térmica (edificação futura)	36,00 m²
Depósito de inflamáveis (Edificação futura)	121,62 m²
Área externa das edificações do campus	32.734,61 m²

A seguir, algumas informações sobre os principais ambientes que compõem o complexo Fiocruz-CE.

O Prédio da Gestão, constituído por: escritórios, salas de reuniões e treinamento, salas de videoconferências, salas de aula, arquivos, áreas administrativas, depósitos, biblioteca, copas, elevadores, sanitários, salas de equipamentos, sala de telecomunicação, áreas de circulação, áreas externas, espelho d'água.

Prédio da Pesquisa, constituído por: laboratórios de pesquisa, arquivos e periódicos, serviço médico, salas administrativas, restaurante, depósitos, copas, elevadores, sanitários, salas de equipamentos, áreas de circulação, áreas externas.

Bloco de Manutenção e Serviços, constituído por: salas para áreas técnicas, depósitos, refeitório, sanitários, almoxarifado, equipamentos, central de reuso e central de resíduos, áreas de circulação e ETE.

Unidade de apoio ao diagnóstico de Covid-19 (Unadig), constituído por: laboratório de pesquisa, área administrativa e áreas técnicas.

Wolbachia, constituído por: laboratórios de pesquisa, áreas administrativas e áreas técnicas.

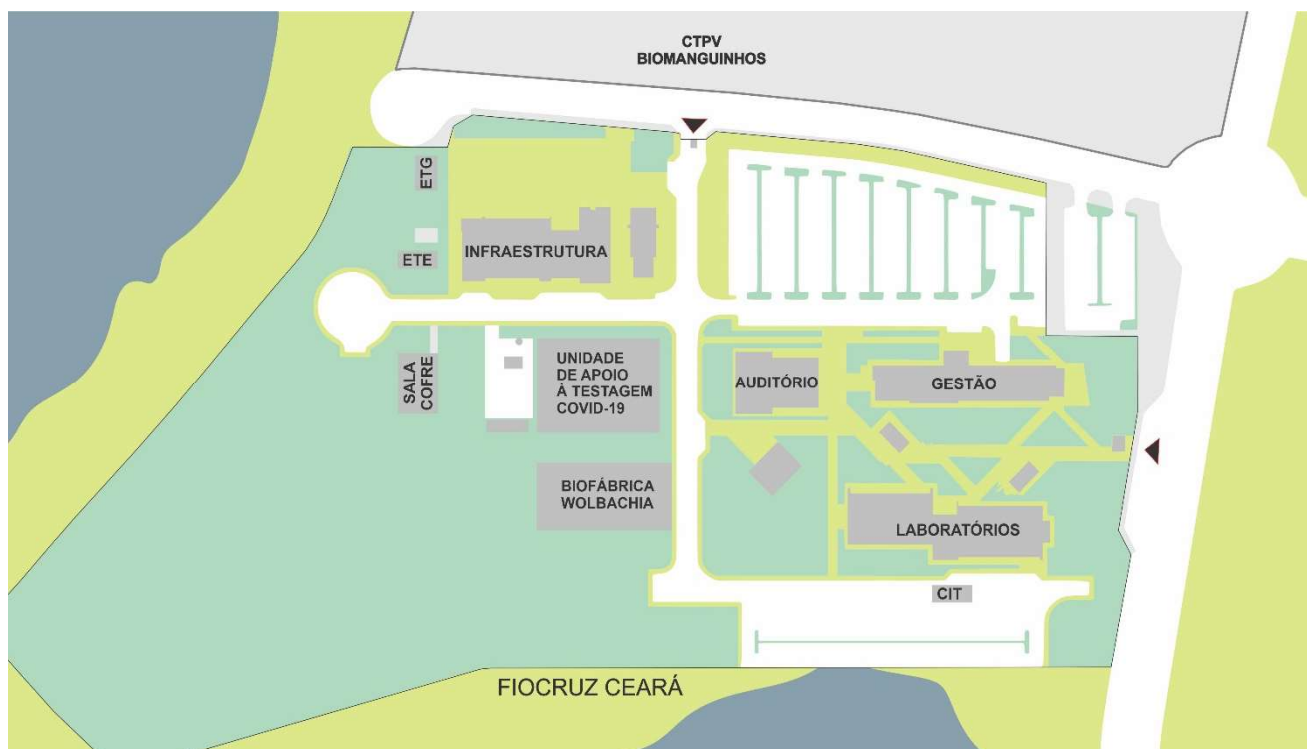
Área Externa, constituído por: quiosques de serviços, guaritas, portarias, áreas de circulação, áreas verdes, espelho d'água, heliponto, bicicletário, estacionamentos.

Auditório, constituído por: Auditório, com sistema áudio visual e, para aproximadamente 300 lugares, sanitários, copa, recepção e salas técnicas.

Quiosques de serviços, constituído por sala, banheiros, copa.

O projeto, de arquitetura foi elaborado para ser sustentável e incluiu a utilização de energia renovável, reutilização da água e a preservação do bioma característico do entorno.

10.1.2. IMAGENS ILUSTRATIVAS DO COMPLEXO EDILÍCIO DA FIOCRUZ-CE



Planta de situação das edificações no campus Fiocruz Ceará



Bloco de Serviços



Unid.apoio ao diagnóstico do Covid-19 (Unadig)



Auditório



Anfiteatro



Quiosque de serviços



Bicicletário



Subestação Principal



Estação de Tratamento de Esgotos



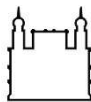
Lagoa de Amortecimento Pluvial



Bloco de Pesquisa (em primeiro plano) e
Bloco de Gestão (em segundo plano)



Guarita de acesso de veículos e pedestres



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi

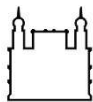


Foto área do campus Fiocruz Ceará

10.2. CONSIDERAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A CONTRATANTE deverá considerar, além de quaisquer outros pertinentes ao objeto, os seguintes elementos para a elaboração das suas Planilhas de Custos e Formação de Preços:

1. Considerar todas as obrigações trabalhistas descritas no item deste documento “OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA” (Gerais e Específicas);
2. Incluir todos os insumos, tributos, impostos e benefícios referentes à legislação vigente e ao que for estipulado pelo Instrumento Coletivo de Trabalho correspondente;
3. Considerar que a Fiocruz pagará à CONTRATADA apenas o que for aprovado na Planilha de Custos apresentada e ao que for devidamente comprovado, não sendo permitido solicitar a inclusão de quaisquer valores posteriormente à assinatura do contrato, com exceção em caso de mudança de legislação ou Instrumento Coletivo de Trabalho;
4. Considerar que para os serviços onde haja a necessidade de discriminação dos custos da mão de obra, por posto de trabalho, os valores apresentados pela CONTRATADA em planilha de custos deverão ser integralmente repassados aos colaboradores;
5. Considerar que para os casos em que a Fiscalização identificar valores a maior na planilha de formação de preços da CONTRATADA do que aqueles pagos ao(s) posto(s) de trabalho, a Fiscalização irá executar as glosas que se fizerem necessárias;



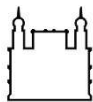
6. Considerar que nos casos em que a CONTRATADA adotar valores a maior para o(s) posto(s) de trabalho do que aqueles informados em planilha de formação de preço, a Fiocruz pagará a CONTRATADA o valor informado na planilha de formação de preço enviada na licitação;
7. Incluir uniforme e EPIs, conforme discriminações nos Apêndices “Descrição dos Serviços”, conforme aplicável a cada um, os tipos e as quantidades estabelecidas e que deverão ser fornecidas pela CONTRATADA. Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento;
8. **Seguir todas as orientações contidas na aba “Tutorial de Preenchimento” da Planilha de Custos Faciliteis Fiocruz-Ceará” fornecida pela CONTRATANTE.**

10.3. PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS POR COORDENAR ATIVIDADES POR TIPO DE SERVIÇO

1. A empresa CONTRATADA deverá apresentar a equipe de profissionais que será responsável pelo contrato (gestor, administrativo, etc.) e por coordenar os serviços técnicos.
2. Em caso de substituição de algum(ns) profissional(is), após o início dos serviços, será obrigatório que a CONTRATADA apresente a(s) ART(s) e RRT(s) dos novos profissionais em substituição àquele(s) anteriormente vinculado(s) e juntamente com a(s) baixa(s) da(s) ART(s) e RRT(s) do(s) profissional(is) anterior(es). Isto deverá ser realizado, em um prazo máximo de 7 (sete) dias, porém, a Fiscalização precisará aprovar o(s) profissional(is), conforme descrito anteriormente.
3. Em caso de envio de ART's e RRT's à CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar uma carta formal listando todos os registros anexos.
4. Será admissível a multiplicidade de atribuições para um mesmo profissional, desde que legalmente habilitado.
5. Os serviços de coordenação estão detalhados nos Apêndices “Descrição dos Serviços”. Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.
6. Os serviços a serem executados pelos diversos profissionais capacitados para cada atividade estabelecida sob coordenação de responsável técnico específico (mediante ART/RRT) estão detalhados nos Apêndices “Descrição dos Serviços”. Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.
7. Cada serviço com suas atividades, as quais os diversos profissionais capacitados deverão executar estão descritas e detalhadas nos Apêndices “Descrição dos Serviços” para cada um deles.

10.4. DISPOSIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES

1. Apresentamos abaixo as denominações e respectivas responsabilidades gerais, as quais complementam e não eliminam as responsabilidades técnicas específicas detalhadas em todos os itens deste Termo de Referência, seus Apêndices e, também, do contrato e legislações em vigor. Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.
 - **CONTRATANTE:** FIOCRUZ, órgão da Administração Pública responsável por fiscalizar a CONTRATADA fundamentada pela Lei 8.666/93, pelas determinações do TCU e da AGU e pelo conteúdo do Edital e do Contrato.
 - **CONTRATADA:** Empresa a ser CONTRATADA pela Administração Pública por meio de licitação. Será a responsável técnica pela execução do objeto contratual. Será a responsável integral (legal, administrativa e operacional) do contrato, como também pela contratação das SUBCONTRATADAS incluindo todas e quaisquer questões estabelecidas nestas relações, nas quais a CONTRATANTE e a SUBCONTRATADA poderão não ter quaisquer solidariedades;



- **SUBCONTRATADA:** Empresa(s) e/ou profissional(is), que não participou(aram) do certame licitatório e foi(ram) CONTRATADA(s) pela vencedora da licitação dentro do percentual e condições previstos nessa contratação. A CONTRATANTE poderá - independentemente - exigir substituição da(s) SUBCONTRATADA(s) caso considere pertinente devido a fatos que estejam causando ou possam vir a causar riscos e/ou danos ao objeto contratual descrito neste documento.
2. Aos profissionais indicados pela CONTRATANTE Fiocruz caberá à Fiscalização do contrato, o acompanhamento da execução dos serviços, as aprovações técnico-operacionais necessárias e eventuais alterações de escopo deste Termo de Referência que se mostrarem necessárias.
 3. A CONTRATADA deverá seguir as diretrizes de ordem administrativa, planejamento e organização, aplicando medidas de controle e com sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho de acordo com o estabelecido nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e Meio Ambiente, além manter o espaço organizado através de um sistema de qualidade total chamado "5S".
 4. A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas SUBCONTRATADAS. Em especial pontuam-se os seguintes documentos:
 - Lei Federal 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
 - Normas estabelecidas pela Fiocruz;
 - Disposições legais do Estado e Município;
 - Normas de Concessionárias e Órgãos Técnicos Públicos Locais;
 - "Manual de Orientações Básicas do Tribunal de Contas da União";
 - Resolução – TCU nº 240/10 – Roteiro de Auditoria de Obras Públicas.
 - Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 (critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências);
 - Lei Federal 6.496/77 - Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
 - Lei Federal 5.194/66 - Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo;
 - Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
 - Normas referentes à Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em particular as abaixo pontuadas:
 - NR 06 – Equipamento de proteção individual;
 - NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
 - NR 35 - Trabalho em Altura
 - Norma da ABNT - NBR 16325-1 - Proteção contra quedas de altura Parte 1: Dispositivos de ancoragem tipos A, B e D;
 - NORMA ABNT NBR 16325-2 - Proteção contra quedas de altura Parte 2: Dispositivos de ancoragem tipo C;
 - Demais legislações que se apliquem ao objeto.

10.5. ALTERAÇÕES DE ESCOPO

Fica reservado à CONTRATANTE o direito de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no edital, nos Apêndices, planilhas, anexos, ou quaisquer outros, que, de alguma forma, se relacione direta ou indiretamente com o objeto da contratação.

Caso a CONTRATANTE determine modificações em quaisquer serviços já aprovados, implicando alterações necessárias e/ou obrigatórias com vistas a uma necessidade e/ou melhor adequação do conteúdo e resultados do objeto contratado, estas deverão ser realizadas pela CONTRATADA. Nesse sentido, a CONTRATANTE atuará sob o que determina a Lei 8666/93.

Nos casos não abordados nas NBRs ou legislação vigente, poderão ser consideradas normas internacionais como ISO, ASHRAE, etc. Para incorporação de tais normas como procedimento válido para o desenvolvimento das atividades, a Fiscalização do contrato deverá formalmente aprovar o uso de tal norma específica.

Quaisquer alterações que a CONTRATADA deseje realizar naquilo que foi previamente estabelecido - neste Termo de Referência e seus Apêndices, deverá ser apresentado através de solicitação formalizada e documentada onde constem argumentações pertinentes e que apresentem algum ganho potencial em prazo, qualidade e/ou que agreguem algum valor tangível aos serviços.

A solicitação mencionada deverá conter os seguintes itens: objeto e objetivo da solicitação, justificativa (técnicas e legais), sua relevância e valor, se aplicável.

Essas solicitações deverão ser sempre assinadas pelo representante legal da CONTRATADA e validadas formalmente pela FioCruz.

10.6. PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

A CONTRATANTE possui documentação padronizada para o desenvolvimento de cada uma das atividades do contrato, como por exemplo o modelo para elaboração do relatório gerencial mensal.

Portanto, a CONTRATADA deverá utilizar tais padrões, os quais serão disponibilizados à CONTRATADA em momento oportuno.

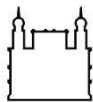
No entanto, caberá à CONTRATADA, nos casos em que essas padronizações não existam, elaborar e empregar a padronização de documentos visando aos relatórios técnicos para serem entregues à Fiscalização com todos os dados e informações solicitados pela Fiscalização.

10.7. CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS

A CONTRATADA, de acordo com o art. 111 da Lei 8.666/1993, cederá os direitos patrimoniais relativos aos trabalhos elaborados, autorizando a plena e irrestrita utilização e adaptação dos serviços objetos dessa contratação.

Isto corresponde a/ao(s):

- a) Todos os dados e informações que foram inseridos no Sistema Informatizado utilizado para a Gestão da Operação e Manutenção das Facilities durante o prazo contratual - Sistema Informatizado Integrado de Gestão de Manutenção e Operação.
- b) Banco de dados do Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities utilizado no formato Oracle (.dbf), contendo todas as informações de todas as Facilities.
- c) Arquivos em formato .DWG de todo pavimento dos prédios que tenham passado por adequação no período de duração do contrato totalmente atualizados.
- d) Quando couber, assegurar à CONTRATANTE o direito de propriedade intelectual, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017.



*“O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, **logo após a CONTRATADA ter recebido cada parcela**, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;*

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.”

10.8. CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A CONTRATADA concorda em manter a mais completa confidencialidade quantos aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante a autorização escrita da CONTRATANTE, e desde que sejam garantidos os créditos à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

10.9. LOCAIS DAS REUNIÕES

As reuniões entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA ocorrerão, preferencialmente, no Campus da Fiocruz-CE localizado no município de Eusébio, as margens da Lagoa da Precabura, na Rua São José, s/nº.

No entanto, caso seja necessário, alguma reunião poderá ocorrer remotamente ou ainda na Sede da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC/FIOCRUZ), localizada no Rio de Janeiro – RJ, na Avenida Brasil 4365, Mangueiras.

Portanto, a empresa CONTRATADA deverá considerar que todas as despesas de traslado, hospedagem e quaisquer outras serão de sua responsabilidade e custo.

10.10. REUNIÃO DE PARTIDA

A 1ª reunião entre a CONTRATADA e a equipe de Fiscalização da CONTRATANTE acontecerá em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato no Campus da Fiocruz-CE, localizado no município de Eusébio, as margens da Lagoa da Precabura, na Rua São José, s/nº.

Nesta reunião:

- 1º. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão apresentar mutuamente as suas equipes técnicas;
- 2º. Será informado à CONTRATADA e registrado formalmente, a responsabilidade subsidiária das partes quanto às obrigações trabalhistas de seus funcionários e SUBCONTRATADAS;
- 3º. Será informado à CONTRATADA e registrado formalmente, que em caso de renovação contratual, as rubricas não renováveis, dentre as quais se pode exemplificar o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado, serão amortizados, conforme orientação da Controladoria Geral da União-CGU, Órgãos de controle e legislações vigentes;
- 4º. Será informado à CONTRATADA e registrado formalmente, que é de sua responsabilidade prover aos seus contratados o pagamento integral do valor da remuneração e demais benefícios, conforme informados em planilha de custos e formação de preços adjudicada na licitação;
- 5º. A CONTRATADA será orientada, com registro formalizado, quanto a necessidade de dar celeridade na apresentação dos processos de reequilíbrio contratual (repactuação, reajuste e revisão), haja vista os diversos momentos que poderão ocorrer devido à diversidade de convenções coletivas de trabalho – CCT - que poderão compor a contratação.
- 6º. A CONTRATANTE apresentará o IMR (Instrumento de Medição de Resultado);
- 7º. Será pactuado o tempo para a medição mensal a fim de confrontar os custos apresentados pela CONTRATADA x custos apresentados pela medição da Fiscalização;
- 8º. Serão tratados outros assuntos pertinentes ao bom funcionamento dos serviços prestados.

10.11. DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREA/SALA PARA A CONTRATADA

A fim de conferir maior celeridade no processo de gestão e Fiscalização do contrato e pelo interesse da Fiocruz-CE, será disponibilizada à CONTRATADA, sala para a administração dos seus serviços.

No entanto, a CONTRATADA será a responsável pelo fornecimento de todo o mobiliário tais como: mesa(s), cadeira(s), estante(s), bancada(s), etc., além de itens de informática (computador, impressora, entre outros) e demais insumos necessários à execução de suas atividades. A CONTRATADA será a responsável por manter suas instalações nas mesmas condições que manterá as instalações da Fiocruz.

Caso a CONTRATADA considere que o espaço cedido pela Fiocruz não é suficiente, a CONTRATADA deverá informar à Fiscalização sobre a desistência do uso e responsabilizar-se por quaisquer eventos que venham impactar a gestão do contrato em função deste fato.

11. UNIFORMES

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar uniformes para seus empregados, os quais deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano.

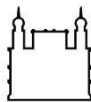
Nos Apêndices “Descrição dos Serviços”, constam, conforme aplicável a cada um, os tipos e as quantidades de uniformes, os quais deverão ser fornecidos, mantidos e/ou substituídos, quando couber, pela CONTRATADA e sem qualquer repasse do custo para o empregado. Também constam os de serviços de vigilância conforme IN SEGES/MP N. 5/2017.

Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.

A CONTRATADA será a responsável por estabelecer as logísticas relativas ao fornecimento, orientações e verificação de uso dos uniformes junto aos seus empregados, inclusive, as entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original, para conferência, deverá ser entregue ao servidor responsável pela Fiscalização do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta e Edital;
2. Exercer o acompanhamento e a Fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:



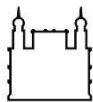
- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - d) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
 9. Fiscalizar mensalmente, se a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional foi realizado pela CONTRATADA, bem como o auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 10. Fiscalizar mensalmente se o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados foi realizado pela CONTRRATADA, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 11. Fiscalizar mensalmente se o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato foi realizado pela CONTRATADA, quando for o caso;
 12. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
 13. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
 14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
 15. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
 16. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
 17. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
 18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. As obrigações da CONTRATADA descritas neste documento não a exime de quaisquer outras que estejam e/ou possam vir estar relacionadas ao bom e total cumprimento do objeto contratual nos termos da legislação em vigor, do contrato, deste Termo de Referência e seus Apêndices.
2. A execução do objeto, suas dinâmicas e especificidades para cada serviço estão detalhadas de forma minuciosa nos Apêndices "Descrição dos Serviços". Ver Lista dos Apêndices – Descrição dos Serviços, por tipo de serviço, ao final deste documento.
3. Este Termo de Referência detalha, separadamente, as "Obrigações Gerais" e as "Obrigações Específicas", as quais estão descritas a seguir.

13.1. GERAIS

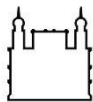
1. Executar os serviços conforme as determinações deste Termo de Referência, especificações contidas nos Apêndices “Descrição dos Serviços” para cada um deles, bem como de sua proposta, do contrato e do Edital;
2. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas
3. Fornecer aos seus empregados todas as ferramentas, equipamentos e qualquer outro insumo em quantidade suficiente para a prestação dos serviços objeto deste contrato, conforme listagem descritas e detalhadas nos Apêndices “Descrição dos Serviços” para cada um deles contratado, Planilhas de Custos, contrato e na proposta;
4. Enviar à Fiscalização, antes do início dos serviços, o currículo dos profissionais que atuarão como residentes nas dependências da Fiocruz, devendo proceder da mesma forma, sempre que houver substituição dos mesmos;
5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
6. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
9. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconveniente ou insatisfatórios a disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público
10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
11. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
12. Fornecer e manter, incluindo limpeza e higienização, armários individuais para guarda dos pertences de seus empregados e/ou prestadores subcontratados, os quais deverão ser instalados em local apropriado a ser disponibilizado pela CONTRATANTE;
13. Disponibilizar e manter funcionando pontos eletrônicos de registro biométrico de controle de frequência e assiduidade de seus trabalhadores residentes;
14. Garantir que os prestadores de serviços, disponibilizados para executar as demandas da Fiocruz, tenham os seguintes requisitos profissionais:
 - a) Possuir vínculo profissional com a CONTRATADA;
 - b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
 - c) Ter idade mínima de 18 anos;
 - d) Não possuir dependência química, de bebidas alcoólicas ou de substâncias ilegais, com ressalva para os casos de recomendação médica, que não afetem adversamente o desempenho das atividades laborais;
 - e) Ter grau de escolaridade compatível com a função a ser desempenhada, conforme Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;



- f) Efetuar comunicação oral e escrita, em língua portuguesa, norma culta;
 - g) Ter capacidade de desenvolver trabalhos em equipes;
 - h) Apresentar-se com uniforme completo, limpo e exibir a identificação de maneira ostensiva;
 - i) Possuir capacitação técnica e profissional adequada ao desempenho das atividades e estar regular quanto ao conselho de classe;
 - j) Utilizar os materiais e os equipamentos de forma adequada;
 - k) Utilizar os equipamentos de proteção individual e coletivo, adequadamente;
 - l) Cumprir com as Normas, Regulamentações Internas, orientações operacionais e de segurança emanadas pela Administração da FIOCRUZ;
15. Apresentar as documentações trabalhistas (Ver item “Documentações Trabalhistas – Obrigações da CONTRATADA – Específicas”) sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA;
16. Responsabilizar-se pelos exames periódicos de seus funcionários e, se for o caso, os relacionados aos afastamentos e de mudança de função, e a respectiva cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), deverão ser entregues sempre que solicitados pela Fiscalização.
17. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
18. Substituir, no prazo de 02 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, e imediatamente o profissional plantonista, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
19. Promover, antes da prestação do serviço e acesso aos edifícios, a ambientação de trabalhador/empregado substituto e/ou quando este estiver na Fiocruz pela primeira vez;
20. Cumprir a questão de que os postos de plantão não poderão ficar descobertos, sob qualquer hipótese;
21. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
22. Cumprir a questão de que não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
23. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
24. Autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados

junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

25. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
26. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
29. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
30. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
31. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
32. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
33. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
34. Fornecer declaração de que instalará escritório em algum município do Estado do Ceará, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão, demissão de funcionários, etc.;
35. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
36. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
37. Considerar e responsabilizar-se sobre o fato de que ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
38. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
40. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
42. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
43. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
44. Por conta do Art. 6º da Portaria Nº 3.523/98 e do Art. 3º da Resolução 1023 do CONFEA, apresentar, obrigatoriamente, à CONTRATANTE a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Responsável Técnico do contrato, juntamente com o comprovante de pagamento.
 - a) A ART deverá ser emitida por engenheiro, desde que devidamente qualificado e legalmente habilitado à execução do objeto, através do CREA.
45. Manter um sistema de comunicação eficiente que permita contato 24 horas/dia entre a Fiocruz e o representante da CONTRATADA.
46. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, preferencialmente por ponto eletrônico, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;
47. Estar sujeita à legislação sobre saúde e segurança do trabalho e deverá observar rigorosamente todas as exigências previstas na legislação vigente, quer sejam, Federais, Estaduais e Municipais relativas à segurança, higiene e saúde do trabalho, principalmente aquelas estabelecidas na CLT; na Lei Nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, na Portaria 3.214, de 08 de Junho de 1978, onde estão contidas as Normas Regulamentadoras – NR, e legislações complementares pertinentes ao objeto do Contrato.
 - a) Além da observância obrigatória, anteriormente citada, a CONTRATADA também deverá obedecer às normas, instruções, orientações, especificações técnicas e outras solicitações pertinentes à segurança, higiene e saúde do trabalho estabelecidas pela Fiocruz, visando a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, particularmente os que fazem parte deste documento.
 - b) Em caso da possibilidade de risco para o empregado da CONTRATADA, deverá ser elaborado documento de Análise Preliminar de Risco (APR) e Permissão de Trabalho (PT) elaborado por Técnico de Segurança do Trabalho no prazo de (02) dois dias úteis a contar da notificação da possibilidade de risco.
 - c) Todo e qualquer acidente de trabalho ocorrido com empregados da CONTRATADA, nas dependências da Fiocruz ou a serviço, deverão ser imediatamente, comunicados à Fiocruz, quando no horário administrativo, ou nas primeiras horas do primeiro dia útil seguinte ao ocorrido.
48. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, que será de inteira responsabilidade de CONTRATADA.
49. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente quando no horário de funcionamento administrativo, ou na primeira hora do dia útil subsequente quando em horário de serviços de plantão, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
50. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

51. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
52. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
53. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
54. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
55. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
56. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
57. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
58. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
59. Encaminhar, a cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados. Ver neste documento o item 16. CONTROLE E Fiscalização DA EXECUÇÃO (Fiscalização ao final de 1 (um) ano, letra b) item V - Notas.

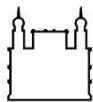
13.2. ESPECÍFICAS

13.2.1. DOCUMENTAÇÃO TRABALHISTA

1. Para o início dos trabalhos, no primeiro mês de prestação dos serviços, toda a documentação listada abaixo deverá estar em dia, sendo obrigatório apresentá-la para a Fiscalização, com comprovantes conforme o caso, e/ou conforme consulta via Sistema:
 - a) ART/CREA referente à execução do objeto contratual, sendo que os profissionais responsáveis pela gerência ou coordenação deverão pertencer ao quadro técnico da CONTRATADA. Todo serviço técnico deverá ser executado pelo responsável técnico, conforme ART específica vinculada ao Serviço;
 - b) Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF de acordo;

Nota:

- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela Fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.



- c) Documentos conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017 (empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- I. Cópia do contrato de prestação de serviço firmado com pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando aplicável;
 - II. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - III. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
 - IV. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
 - V. Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

Nota:

- Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

2. Para sempre que solicitado pela CONTRATANTE:

- a) Comprovações do cumprimento das obrigações, encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato tais como, as previdenciárias, as do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, as do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE.

13.2.2. DESPESAS

1. Estarão a cargo da CONTRATADA as despesas referentes a:

- a) Quaisquer custos de deslocamentos, viagens e hospedagens de sua própria equipe;
- b) Quaisquer custos com seus funcionários;
- c) Impressões e plotagens, em quantas vias forem necessárias, a todas e quaisquer emissões de relatórios, plantas, cadernos, documentos e demais elementos, necessários às atividades dos trabalhos, inclusive para as análises e aprovações pela CONTRATANTE;
- d) Envio de documentos à CONTRATANTE através de empresas de logística (correios, transportadoras);
- e) Subcontratações não previstas no edital que se façam necessárias para o atendimento pleno das diretrizes e escopo do objeto contratual.

13.2.3. AUXÍLIO TRANSPORTE

De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, alterada pela Lei Federal nº 7.619, de 30/09/1987, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/1987, todo trabalhador no território nacional tem direito ao custo de seu transporte coletivo para seu deslocamento de ida/volta ao trabalho.

Portanto, fica estabelecido que:

- 1º. A CONTRATADA fornecerá até o último dia útil do mês anterior auxílio-transporte no real valor das despesas de deslocamento residência – trabalho – residência;

- 2º. Com intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor máximo para pagamento do auxílio transporte ao prestador de serviço, os licitantes deverão estabelecer para fins de estimativa o mínimo de 4 modais de ônibus municipal, por 23 dias úteis mês (16 no caso de funcionário plantonista), por funcionário;
- 3º. Somente para os trabalhadores que optarem por receber o benefício do vale transporte a Administração fará o repasse. O repasse se dará de maneira integral, conforme descrito no item 2, sem acréscimos caso necessário mais viagens para os destinos (casa-trabalho-casa). Aos que optarem pelo não recebimento do benefício, a contratada não receberá qualquer valor na rubrica.
- 4º. Será descontada do custo supracitado, a contrapartida prevista em CCT de cada categoria do terceirizado, exceto quanto esta contrapartida for alterada pelo instrumento coletivo de trabalho;
- 5º. Em virtude da baixa disponibilidade de transporte público na região onde se localiza o campus da Fiocruz em Eusébio-CE, existe a possibilidade de a licitante apresentar soluções para garantir a locomoção de sua força de trabalho no trajeto casa x trabalho, desde que seja informada a solução e seja devidamente justificada, com a necessidade de apresentação de memorial de cálculo.

13.2.4. AUXÍLIO REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO

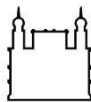
Para esta contratação, fica estabelecido que:

1. A CONTRATADA fornecerá, até o último dia útil do mês anterior à prestação de serviço, auxílio-refeição, no valor referente aos dias a serem efetivamente trabalhados no mês subsequente.
2. O auxílio-refeição deverá ter ampla aceitação entre os estabelecimentos comerciais.
3. A empresa deverá informar à Fiscalização, através de declaração, se é participante do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).
4. Orientamos as licitantes a atentar-se, no ato do preenchimento do referido benefício, caso tenha previsão em CCT(s) de pagamento por dias de serviço executado, realização de cálculo médio de dias executados no mês, levando em consideração os feriados nacionais e locais, a fim de se tornar uma rubrica de pagamento médio mensal, para que não necessite apuração mensal nas medições quanto a dias efetivamente executados de benefício ao trabalhador. A base de cálculo média de dias úteis/mês deverá estar evidenciada na apresentação da proposta.

13.2.5. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Para esta contratação, fica estabelecido que:

1. A CONTRATADA deverá entregar à Fiscalização da Fiocruz, até o dia 30 (trinta) do início do contrato, contado a partir da assinatura do mesmo, como em todas as possíveis prorrogações anuais, os seguintes documentos:
 - a) Laudo de Insalubridade e Periculosidade atualizados;
 - b) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA atualizados;
 - c) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO atualizados;
 - d) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT atualizados;
 - e) ASOS (Atestado de Saúde Ocupacional) atualizados.
2. Todos esses documentos deverão estar assinados (originalmente a caneta, não sendo aceito cópias) e com os devidos carimbos das autoridades competentes pela elaboração dos mesmos, contendo o respectivo número de registro profissional;
3. O laudo de insalubridade/periculosidade emitido por autoridade competente poderá ser objeto de avaliação, que será realizada pela equipe técnica da Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST), da Coordenação-Geral de Pessoas (Cogepe) da Fiocruz;



4. A CONTRATADA deverá considerar o que preconiza a legislação (Lei nº 11.901, de 12/01/2009 e Lei nº 12.740, de 08/12/2012) que prevê pagamento de adicional de periculosidade para as categorias de Bombeiro Civil, Segurança Patrimonial e atividades ou operação com energia elétrica;
5. Constatada a incidência de algum dos adicionais, a empresa fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados respectivos desde o início da execução dos serviços, e, nesse caso, também haverá direito à revisão de preços, na forma do art. 65, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93. (Acórdão 727/2009-Plenário do TCU) ;
6. Para fins de isonomia das propostas deverá ser considerado na planilha de custos o percentual de 40% sobre o salário-mínimo nacional para o possível pagamento de adicional de insalubridade, exceto expressa previsão em norma coletiva estipulando que o piso fixado será considerado o indexador do dito adicional;
7. De forma análoga, o adicional de 30% sobre o salário básico do posto de trabalho para os profissionais da área de Elétrica para o possível pagamento do adicional de periculosidade deverá ser considerado na formação de preços da licitante;
8. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres ou de periculosidade da totalidade dos postos, ou em percentual menor do que o previsto, os valores destes adicionais serão corrigidos na Planilha de Custos;
9. Conforme orientação do Acórdão 4972/2011 e do Acórdão 727/2009 do TCU, o pagamento efetivo deste adicional só poderá ocorrer baseado em laudo emitido por autoridade competente, entregue à Fiscalização num prazo máximo de 30 dias após a assinatura do contrato. Somente serão efetivamente pagos os percentuais aos postos indicados no laudo;
10. O profissional substituto de profissional identificado com exposição de risco insalubre deve obedecer às funções previstas no laudo de insalubridade;
11. Conforme o Art. 195 da CLT “A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.”;
12. Ainda segundo o Art. 189 da CLT “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”, esses limites de tolerância foram estipulados e positivados na Norma Regulamentadora 15 da Portaria nº 3.214/1978, que impõe limites ao empregador quando este expuser o empregado a agentes agressivos, sendo esses: Agentes físicos, químicos e biológicos.
13. Observando-se a NR15, item 15.1.5 “Entende-se por “Limite de Tolerância”, para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral” ;

13.2.6. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), UNIFORMES, FERRAMENTAS, ETC.

Para esta contratação, fica estabelecido que a CONTRATADA:

1. Estará sujeita à legislação de saúde e segurança do trabalho e deve observar rigorosamente todas as exigências previstas, quer sejam, Federais, estaduais e Municipais referentes à Segurança, Higiene e Saúde do Trabalhador, principalmente as estabelecidas na CLT, Normas Regulamentadoras e Legislações Complementares pertinente ao objeto do contrato, portanto se fazem obrigações exigidas da CONTRATADA;
2. Deverá fornecer todos os EPI's aprovados pelo órgão nacional competente em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho e adequados ao risco de cada atividade a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste documento e nos seus Apêndices “Descrição dos Serviços”, sem repassar quaisquer custos a Fiocruz;
3. Deverá fornecer todos os EPIs em quantidade e qualidade suficiente aos seus empregados e subcontratados, estando de acordo com as exigências as Normas de Segurança do Trabalho em vigor;

4. Deverá exigir dos seus empregados e/ou prestadores subcontratados que façam uso dos EPI's durante a execução das atividades, objeto deste contrato, nas dependências da Fiocruz;
5. Deverá fornecer todos os uniformes, ferramentas, e quaisquer outros elementos necessários aos serviços contratados, aos seus empregados e/ou prestadores subcontratados, os quais deverão ser os adequados ao risco de cada atividade, conforme disposto neste documento e nos seus Apêndices "Descrição dos Serviços", sem repassar quaisquer custos a Fiocruz;
6. Deverá exigir dos seus empregados e/ou prestadores subcontratados que façam uso de uniformes durante a execução das atividades do contrato, Tais uniformes deverão estar com identificação da CONTRATADA;
7. Deverá ser a responsável por providenciar todos e quaisquer certificados para os seus funcionários de modo que estejam habilitados ao uso dos equipados com todos os itens de segurança necessários e adequados ao risco da atividade;
8. Deverá ser a responsável por orientar e treinar seus empregados sobre o uso adequado, guarda e conservação de todas as ferramentas, máquinas entre outros a serem aplicados nas atividades;
9. Deverá substituir, imediatamente, quaisquer EPIs, uniforme, ferramentas, entre outros, quando danificados ou extraviados;
10. Deverá ser a responsável pela higienização e manutenção periódica dos EPIs, uniformes, ferramentas, entre outros necessários à realização dos serviços contratados;
11. Deverá ser a responsável por comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada;
12. Deverá fornecer e manter, incluindo limpeza e higienização, fone auricular com microfone de lapela e tecla PTT compatível com o sistema de comunicação descrito para o Serviço de Segurança Patrimonial;

Nota:

- a) As especificidades de cada EPI, uniforme, ferramenta e/ou quaisquer outros elementos necessários aos serviços contratados, estão detalhadas nos Apêndices "Descrição dos Serviços", nos quais constam, conforme aplicável, a discriminação vinculada desses elementos à cada serviço/atividade. **Ver Lista dos Apêndices ao final deste documento.**

13.2.7. RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

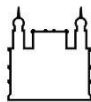
Para esta contratação, fica estabelecido que:

1. A CONTRATADA obriga-se a apresentar todas as documentações exigidas, atualizadas e em dia com as obrigações legais relativas à sua atividade, incluída as respectivas ART do profissional ora envolvidos no presente contrato.
2. Em caso de substituição do profissional após o início do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a ART do novo profissional em substituição ao profissional anterior, em um prazo máximo de 10 dias corridos.
3. O profissional substituto deverá, obrigatoriamente, ter qualificações técnicas iguais ou superiores ao anterior.

13.2.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SERVIÇOS CONTRATADOS

Para essa contratação, fica estabelecido que:

1. Todos os Atestados apresentados devem estar claramente identificadas e sublinhadas, ou destacadas com caneta marca-texto, as seguintes informações:
2. Autoria do projeto ou serviço (nome e número do CREA do profissional);
3. Tipo de edificação e serviço executado (conforme classificação do CREA).
4. Tipo de serviço realizado;



5. Descrição sucinta das características, de forma que se possa identificar sua classificação, incluindo-se a informação dos aspectos considerados relevantes para demonstração de similaridade com o objeto a contratar.

13.2.9. GESTÃO INFORMATIZADA DA OPERAÇÃO

Para essa contratação, fica estabelecido que:

1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, manter e gerir integralmente um sistema informatizado e integrado para a operacionalização dos serviços – Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities.
2. A CONTRATADA deverá apresentar o Sistema para a Fiscalização antes do início dos serviços e terá um prazo estabelecido de 60 dias para ajustar o sistema com os dados, funcionalidades, entre quaisquer outros necessários ao objeto contratual, para todas as Facilities da Fiocruz-CE;
3. O Sistema deverá estar capacitado a fornecer dados on-line, via internet, em meio digital e impressos (relatórios) com diversas funcionalidades.
4. A CONTRATADA deverá fornecer e manter em pleno funcionamento, incluindo limpeza, higienização, Sistema de Comunicação, com alcance a todos os postos do Serviço de Segurança Patrimonial no Campus, conforme Portaria nº 3.233 – DG/DPF de 10/12/2012 e todos os demais postos e serviços que julgar necessário para comunicação entre seus funcionários e a Fiscalização.
5. Ver Lista dos Apêndices ao final deste documento onde, no Apêndice 1, encontram-se descritas as características e especificações do sistema de gerenciamento informatizado.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

1. De modo a aumentar a competitividade do certame, conforme previsto no Art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, será permitida a participação de empresas em consórcio.
2. **Pela mesma motivação será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, somadas todas as subcontratações. Isto se justifica pela modelagem inovativa deste complexo objeto, não obstante a dificuldade de uma única empresa executar, por si e pelos seus empregados, todas as atividades dessa contratação que engloba grande quantidade de equipamentos, sistemas e serviços existentes nesse tipo de empreendimento.
3. A subcontratação está prevista no instrumento convocatório, possibilitando que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.
4. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
5. Haja vista o vínculo contratual de subcontratação ser exclusivo entre CONTRATADA e eventuais SUBCONTRATADAS, o controle das atividades da SUBCONTRATADA deverá ser realizado exclusivamente pela CONTRATADA, inclusive os relativos às obrigações de natureza trabalhista advindas dessa relação, de forma a não transferir o ônus desse tipo de controle à Fiocruz.
6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) SUBCONTRATADA(s), bem como observar e realizar o devido controle das obrigações de natureza trabalhista advindas dessa relação, responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
7. Considerar-se-á subcontratação de serviços, de acordo com o caso específico, todo acordo ou atuação da CONTRATADA com terceiros para que estes participem no cumprimento ou execução do contrato, sendo vedada a sub-rogação.



8. A subcontratação visa permitir que a CONTRATADA execute os serviços mais especializados mediante a contratação de terceiros, sob a sua responsabilidade, assim, poderão ser subcontratados os serviços que, por sua especificidade, não possuam condições de executar por si própria, como por exemplo: as manutenções que necessitem ser realizadas por fabricantes ou empresas credenciadas e serviços que possuam legislação específica.
9. A CONTRATADA deverá comprovar que a(s) SUBCONTRATADA(s) possui(em), no mínimo, capacidade técnica para executar a parcela do objeto que lhe será imputada.
10. Sem prejuízo das demais responsabilidades, a CONTRATADA deverá se comprometer a não subcontratar empresas prestadoras de serviços que: sejam inidôneas; desrespeitem as garantias legais dos trabalhadores; utilizem mão de obra infanto-juvenil; façam uso de mão de obra escrava ou análoga à escravidão e; que não adotem práticas sustentáveis em seus negócios.
11. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá subcontratar os serviços de Gestão da Operação e Manutenção das Facilities, supervisores e engenheiros, ou seja, o(s) profissional(is) do serviço de gestão e operação predial não poderão ser subcontratados.
12. Nos casos de subcontratação dos serviços, a CONTRATADA se obriga a obter da SUBCONTRATADA a aceitação prévia das obrigações perante a Fiocruz que decorrem para si de todas as condições contratuais, jurídicas, trabalhistas, de confidencialidade e de segurança, sendo imprescindível a apresentação da relativa documentação comprovativa.
13. A subcontratação não autorizada, efetivada além dos limites fixados nesse documento ou ocorrida sem o consentimento prévio da Administração, implica na imposição das penalidades administrativas previstas no instrumento contratual.
14. De acordo com o estabelecido acima, a Fiocruz poderá em qualquer momento inspecionar, monitorar os trabalhos subcontratados, e o cumprimento de suas obrigações.
15. A CONTRATADA fica obrigada a enviar à Fiocruz toda a informação que lhe seja solicitada de suas SUBCONTRATADAS (documentos, relatórios, livros de ocorrências, livre acesso às instalações etc.).
16. A Fiocruz reserva-se do direito de rejeitar as SUBCONTRATADAS que, durante o andamento do contrato, julgue inoportuna ou de baixa qualidade.

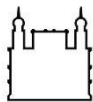
14.1. SERVIÇOS PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO

Os serviços passíveis de subcontratação estão descritos no documento de Premissas da Contratação.

Serviços com Subcontratação Permitida	
Análises laboratoriais da ETE	Serviço de manutenção de Elevadores
Análises laboratoriais potabilidade da água	Serviço de controle de pragas e vetores
Serviço de limpeza de reservatórios de água	Serviço de gerenciamento de resíduos
Serviços de segurança patrimonial	Serviço de bombeiro profissional civil
Serviço de manutenção e recarga de extintores de incêndio	Serviço de certificação de mangueiras de incêndio
Serviço de movimentação de cargas e volumes	Serviço de chaveiro
Serviço de desobstrução de redes e galerias	Serviços sob demanda

14.2. DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESA SUBCONTRATADA

1. Em caso de subcontratação de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a SUBCONTRATADA à Fiscalização para prévia aprovação.



Para isto, os seguintes documentos deverão ser apresentados:

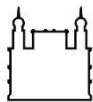
- Contrato de prestação de serviço entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA;
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do profissional responsável pelos serviços.
- Documentação trabalhista da equipe da empresa SUBCONTRATADA:
 - Cópia da CTPS (página da foto, filiação e contrato);
 - Cópia da ficha de registro;
 - Cópia do ASO atualizado;
 - Carta de encaminhamento de crachás;
 - Crachás assinados pela empresa (Na Logo da empresa deverá conter o nome da SUBCONTRATADA a SERVIÇO da CONTRATADA).

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

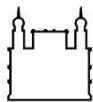
É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos originalmente; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

1. **O Controle e a Fiscalização da execução do contrato** serão feitos por meio do acompanhamento e verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
2. A Fiscalização poderá ser realizada de modo diário, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços. com avaliações.
3. A Fiscalização será composta por:
 - a) **Gestor da execução do contrato:** será o responsável pelo conjunto de atividades de gestão e Fiscalização, o qual será auxiliado pelos atores descritos abaixo, conforme preconiza a legislação:
 - **Fiscalização Técnica:** será o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se
 - **Fiscalização Administrativa:** será o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
 - **Fiscalização Setorial:** será o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade. Neste caso, o órgão irá designar representantes nos locais para atuarem como fiscais setoriais, se couber.
 - **Fiscalização pelo Público Usuário:** será o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela CONTRATADA, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.



4. **As atividades de Gestão e Fiscalização da execução contratual** serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e terão por objetivos:
 - 1º. Aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado;
 - 2º. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;
 - 3º. Prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto;
 - 4º. Aferir e conferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.
5. **A Fiscalização administrativa** será realizada:
 - 1º. Após a assinatura do contrato e mediante Ordem de Serviço emitida pela Fiscalização, com data oficializada nesta mesma Ordem de Serviço, além do estabelecido pela Fiscalização na Reunião de Partida (Ver item 10.10 neste Termo de Referência: Reunião de Partida);
 - 2º. Com a utilização de planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
 - 3º. Com conferência de todas as anotações contidas nas CTPS dos empregados da CONTRATADA, a fim de verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
 - 4º. Com conferência do número de terceirizados por função coincidem com o previsto no contrato administrativo;
 - 5º. Com conferência do salário de modo a verificar que o mesmo não está inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
 - 6º. Com consultas sobre eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
 - 7º. Com verificação se há condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
 - 8º. Com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado;
 - 9º. Com vistas ao cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigindo-se, dentre outras, as documentações descritas neste Termo de Referência (Ver item “Documentação Trabalhista”);
 - 10º. Com verificação dos casos de indícios de irregularidades no recolhimento das contribuições previdenciárias e oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB) quando confirmado o fato;
 - 11º. Com verificação dos casos de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS e oficiar o Ministério do Trabalho quando confirmado o fato;
 - 12º. Com verificação se há descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA e informar à Fiscalização de modo a ser decidido se se dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;



13º. Com concessão de prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção;

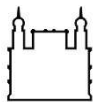
14º. Em diversos períodos durante a vigência do contrato, conforme descrito conforme apresentado nos itens a seguir.

6. **A Fiscalização mensal**, em síntese, será realizada da seguinte forma:

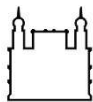
- a) Será verificado se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- b) Será feita, antes do pagamento da fatura, a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- c) Será feita consulta sobre a situação da empresa junto ao SICAF;
- d) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- e) Será exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993;
- f) Será exigida, antes da medição:
 - I. a declaração de ausência de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
 - II. Folha de pagamento analítica e sintética com comprovantes de pagamento; comprovante de fornecimento de vale transporte;
 - III. Comprovante de fornecimento de vale refeição, alimentação ou fornecimento de quentinhas; Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP - completa; guia da Previdência Social - GPS - com comprovante de pagamento;
 - IV. Guias de Recolhimentos do FGTS - GRF com comprovantes de pagamentos;
 - V. Nos casos de desligamento de funcionários: a TRCT assinada pelo ex-funcionário e empresa.

Nota: A Nota Fiscal referente aos serviços da medição do período só terá autorização para a emissão após a aprovação desta documentação pelo setor de responsável da CONTRATANTE.

- g) Será solicitado, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- h) Contará com avaliação constante, pela Fiscalização técnica que avaliará a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) descrito neste termo de referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - I. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - II. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



- i) Utilizará o IMR, o qual não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;
- j) Contará com o fiscal técnico, durante a execução do objeto, para executar o monitoramento constante do nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- k) Contará com o fiscal técnico, o qual fará inspeções e avaliará a execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados;
- l) Contará com Reuniões de Avaliação Mensal (RAM) sobre os serviços executados e fornecimento de subsídios para medições, etc. Serão realizadas com a participação da Fiscalização, do gerente de Facilities e dos responsáveis técnicos da CONTRATADA;
- m) As Reuniões de Avaliação Mensal (RAM) terão a seguinte dinâmica e logística:
 - I. Até o último dia útil do período de medição, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório preliminar, contendo, no mínimo:
 - II. Serviços executados no período;
 - III. Rotinas de manutenção preventiva executadas;
 - IV. Materiais utilizados nas manutenções corretivas;
 - V. Volume e classificação dos resíduos gerados;
 - VI. Indicadores estatísticos de execução (absenteísmo, acidentes, O.M recebidas x O.M executadas, entre outros);
 - VII. Pesquisa de satisfação dos usuários;
 - VIII. Ata de reuniões realizadas com terceiros no período (quando existir);
 - IX. Demais informações relevantes ao Relatório Mensal das Atividades.
 - X. A Fiocruz realizará a análise do relatório preliminar e convocará a RAM em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório.
 - XI. Na reunião, a Fiscalização da Fiocruz apresentará seu estudo de instrumento de medição de resultados, que será avaliado conforme critérios descritos neste documento.
- n) Será feita com análises, pelo fiscal técnico, das justificativas entregues pela CONTRATADA relacionadas às prestações dos serviços com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços será verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, nos Apêndices “Descrição dos Serviços” para cada um deles, Planilhas de Custos, contrato e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
- o) Contará com aplicações de sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório e na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores. Será feito registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- p) Contará com aplicações de sanções à CONTRATADA quando houver descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela mesma, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no



instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Fiocruz, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

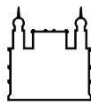
- q) Atuará nos casos em que não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, comunicando o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a Fiocruz poderá decidir por efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato. O sindicato representante da categoria do será notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.
- r) O valor de referência para pagamento dos serviços prestados — sob demanda - ocorrerá, mediante autorização da Fiscalização, através da sua respectiva unidade de medida (diárias, por exemplo).

7. A Fiscalização diária, em síntese, será realizada da seguinte forma:

- a) Serão evitadas ordens diretas da Fiocruz dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Será evitada toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, tais como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Serão conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- d) Será verificado se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
- e) Será verificado a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive, quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA;
- f) Será verificado a necessidade de aplicação de materiais nos equipamentos;
- g) Será conferida, por amostragem, a execução das manutenções preventivas;
- h) Serão estabelecidos critérios para “Os chamados” de acordo com sua prioridade;
- i) Serão observados indícios de irregularidade e não conformidades;
- j) Serão registrados no livro de ocorrência toda e qualquer verificação de irregularidade e não conformidade ao contrato. Esses apontamentos poderão, a critério da Fiscalização, ser utilizados para avaliação dos serviços contratados (glosas do IMR).

8. A Fiscalização ao final de um (01) ano, em síntese, será realizada da seguinte forma:

- a) Todos os empregados terão seus extratos avaliados.
- b) A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Fiocruz quaisquer dos seguintes documentos:
 - I. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Fiscalização;
 - II. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Fiocruz;



- III. Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- IV. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- V. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

Notas:

- O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

9. A Fiscalização ao final do cumprimento integral do contrato, em síntese, será realizada da seguinte forma:

- a) O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Fiscalização, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias;
- b) Após o último mês de prestação dos serviços e quando da extinção ou rescisão do contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo definido no contrato, apresentar cópia de quaisquer dos seguintes documentos:
 - I. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - II. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - III. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - IV. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- c) A Fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Fiocruz ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d) As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

10. Os Resultados do Controle e da Fiscalização da Execução do Objeto serão:

- 1º. Mensurados através de indicadores de desempenho, em conformidade com o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), utilizando-se da planilha de custos para pagamento por tais serviços.

Nota:

- a) O IMR é um ajuste escrito, anexo ao Contrato, entre a CONTRATADA e o órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. A seguir será apresentado como o IMR será utilizado. Ver, neste documento, o item 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

O recebimento e a aceitação do objeto com a emissão da Nota Fiscal/Fatura devem ser precedidos do recebimento definitivo dos serviços, o qual obedecerá aos trâmites abaixo:

- 1º. No prazo de até 10 (dez) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 2º. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial, quando houver ou pela equipe de Fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 3º. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 4º. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 5º. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6º. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7º. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- 8º. Ao final de cada período de faturamento mensal, a CONTRATADA deverá entregar, até o quinto dia útil do mês subsequente, Relatório Gerencial referente aos serviços realizados no mês anterior, contendo todas as atividades realizadas que estão contidas no faturamento, além dos respectivos indicadores, materiais e insumos.
- 9º. A Fiocruz poderá emitir modelo de relatório gerencial com as informações mínimas necessárias a constar no documento.
- 10º. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de Fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 11º. quando a Fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à Fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 12º. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 13º. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 14º. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15º. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16º. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17º. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela Fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 18º. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 19º. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

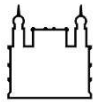
18. PAGAMENTO

Para esta contratação, fica estabelecido que:

- 1º. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 2º. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 3º. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 4º. O setor competente para proceder o pagamento deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
 - d) o período de prestação dos serviços;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5º. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo

para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

- 6º. Nos termos do item 1, do Apêndice VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- a) não produziu os resultados acordados;
 - b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7º. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8º. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9º. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 10º. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11º. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela Fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12º. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 13º. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- a) Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 14º. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Apêndice XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 15º. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

De modo a atender ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017, a CONTRATANTE estabelece as seguintes regras:

- 1º. A pretensa contratação trata de prestação de serviços contínuos de gestão integrada - Facility Management e em conformidade com os arts. 17 e 18 do IN MPOG nº 05/2017, a utilização da Conta-Depósito Vinculada será realizada, exclusivamente, para tratamento das verbas de natureza trabalhista e rescisória dos serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Dessa forma, a ferramenta se aplica somente aos postos de trabalho definidos pela Fiocruz, neste termo de referência. A ferramenta não será aplicada pela Fiocruz nos serviços prestados por métrica distinta do posto de trabalho. Para esses, caberá todo controle por parte da Contratada, sob pena de sansão.
- 2º. A futura CONTRATADA deve autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 3º. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 4º. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.
- 5º. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
 - I. 13º (décimo terceiro) salário;
 - II. Férias e um terço constitucional de férias;
 - III. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
 - IV. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
 - V. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 6º. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 7º. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 8º. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 9º. A empresa CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 10º. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 11º. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 12º. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 13º. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 14º. Em quaisquer hipóteses de subcontratação, não afasta a responsabilidade integral da contratada com a correta execução contratual, devendo essa realizar a supervisão, a coordenação e o devido controle das atividades da subcontratada, bem como observar e realizar o devido controle das obrigações de natureza trabalhista advindas dessa relação.

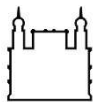
20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

Em relação ao Reajustamento de Preços em sentido amplo (Repactuação), para esta contratação, fica estabelecido que:

- 1º. Esta Contratação terá seu prazo inicial de 24 meses, porém, a partir do 1º ano de contrato (13º mês), deverá ser realizado um reequilíbrio econômico-financeiro a fim de expurgar ou amortizar os custos fixos ou variáveis de verbas não renováveis dos serviços previstos neste Termo de Referência que possuem mão de obra residente (planilha de custos de Mão de Obra), bem como análise da planilha de custos e formação de preços de rubricas provisionadas a partir de estudos estatísticos que porventura não tiveram utilização comprovada, a partir de negociação com a empresa contratada.

A realização desta ação respeita o acórdão do TCU nº 1.186/2017, relatório de avaliação da Controladoria-Geral da União – CGU <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/920386> e a portaria GM/MS nº 402 de 2021.

- 2º. De modo a adequar aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Fiocruz, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.



- 3º. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 4º. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
 - a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
 - b) Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
 - c) Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 5º. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 6º. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 7º. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 8º. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
 - a) da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - b) do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
 - c) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 9º. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Fiocruz ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 10º. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 11º. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 12º. A Fiocruz não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que

estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13º. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

14º. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INCC e o IGP-M, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

15º. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Fiocruz pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16º. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

17º. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18º. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

19º. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Fiocruz verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20º. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21º. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

22º. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

23º. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Fiocruz para a comprovação da variação dos custos.

- 24º. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 25º. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Em relação à Garantia da Execução, para esta contratação, fica estabelecido que:

- 1º. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 2º. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 3º. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 4º. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 5º. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 6º. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
 - d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 7º. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria
- 8º. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 9º. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 10º. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11º. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 12º. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13º. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14º. Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

15º. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

16º. A CONTRATADA autorizará a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste documento.

17º. A garantia da contratação somente será liberada:

- a) Mediante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria;
- b) Se a CONTRATADA comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- c) Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18º. Todos os serviços executados estarão submetidos automaticamente aos prazos de garantia estipulados em legislação pertinente (Código Civil Brasileiro de 10 de janeiro de 2002, Parte especial, Livro I, Título VI, Capítulo VIII).

19º. Todos os materiais e equipamentos instalados deverão apresentar prazo de garantia definido pelos fabricantes, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los imediatamente, se necessário, dentro de suas respectivas garantias; sem ônus algum para a Fiocruz.

20º. A CONTRATADA deverá apresentar a Fiscalização, para arquivamento, todos os certificados de garantia dos materiais e aparelhos e/ou equipamento instalados, quando couber.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em relação às Sanções Administrativas, para esta contratação, fica estabelecido que:

1º. Compete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto;
- b) Falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal.
- c) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



❖ **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

❖ **Multa de:**

- I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- III. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- VI. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

d) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa** pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

e) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

2º. As sanções previstas nos subitens de Garantia Contratual poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

3º. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas abaixo:

Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Infração		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, por serviço e por dia;	02

5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
6	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	02
7	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	02
8	Retirar das dependências da Fiocruz quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	01
Para os itens a seguir, deixar de:		
9	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
11	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
12	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
13	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
14	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
15	Efetuar a reposição de funcionários faltosos e/ou afastados por motivo de férias ou licença médica superior a 15 (quinze) dias.	01
16	Efetuar a reposição de funcionários plantonistas faltosos por qualquer motivo.	02
17	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	02
18	Entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses.	01
19	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	01
20	Manter sistema compatível com o TR, por dia	01
21	Fornecer smartphones/tablets para os oficiais plantonistas.	01
22	Incluir informação no sistema de gerenciamento de manutenção em tempo real (Sistema Informatizado Integrado de Gestão para Manutenção e Operação de Facilities, da CONTRATADA)	01
23	Fazer registro em livro de ocorrência pelo oficial plantonista	01

- 4º. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 5º. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 6º. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7º. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8º. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 9º. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10º. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 11º. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12º. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13º. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital, sendo que:

- a) Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.
- b) Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão descritos neste Termo de Referência e anexos.
- c) O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.
- d) O critério de julgamento da proposta é o menor preço global e o regime de execução da contratação é a empreitada por preço unitário.
- e) As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta contratação estão contempladas conforme os seguintes recursos:

1. Programa de Trabalho: 10122003220000033;
2. Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica;
3. Fonte de Recurso: 06151000000;
4. 33903979 - Serviço. de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.

Nos exercícios seguintes e para atender às despesas da mesma natureza, essas correrão à conta dos recursos próprios, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

26. APÊNDICES

Seguem abaixo a listagem de documentos que compõem este Termo de Referência:

APÊNDICE 00	Estudo Técnico Preliminar e Anexos				
Nome do arquivo	ETP_Facility_FioCE_08-2021.pdf	Rev.	A	Data	07/2021
	ANEXO_A_Rot-insp-manut-preventiva.pdf				
	ANEXO_B_Anal-Lab-ETE.pdf				
	ANEXO_C_Estim_Quant_Contrat.pdf				
	ANEXO_D_Email-Pesq-Mercado.pdf				
	ANEXO_E_Estudo-Custo_Estimativa_Adm.xlsx				
	ANEXO-D1-Eletrodata				
	ANEXO-D2-Normatel				
	ANEXO-D3-Vinil				
	Eletrodata_Planilha de Custos Facilities Fiocruz Ceará final ETP_v01.xlsx				
	Normatel_Planilha de Custos Facilities Fiocruz Ceará final ETPEletrodata_Planilha de Custos Facilities Fiocruz Ceará final ETP_v01.xlsx				
	Vinil_Planilha de Custos Facilities Fiocruz Ceará final ETP.xlsx				
APÊNDICE 01	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
	Serviços de Gestão das Facilities Fiocruz CE				
Nome do arquivo	APENDICE_1_Serviços_Gestao_FACILITY_FioCeara.pdf	Rev.	A	Data	07/2021
APÊNDICE 02	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
	Serviços Técnicos				
Nome do arquivo	APENDICE_2_Serviços_Técnicos_FACILITY_FioCeara.pdf	Rev.	A	Data	07/2021
APÊNDICE 03	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
	Serviço de Apoio				
Nome do arquivo	APENDICE_3_Serviço_Apoio_FACILITY_FioCeara.pdf	Rev.	A	Data	07/2021
APÊNDICE 04	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
	Serviços Ambientais, de Limpeza, Asseio e Conservação				
Nome do arquivo	APENDICE_4_Serviço_Limpeza_FACILITY_FioCeara.pdf	Rev.	A	Data	07/2021
APÊNDICE 05	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
	Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial				
Nome do arquivo	APENDICE_5_Serviços_Seguranca_FACILITY_FioCeara.pdf	Rev.	A	Data	07/2021
APÊNDICE 06	Planilha de Orçamento				
Nome do arquivo	Planilha_Custos_Licitacao-zerada_Fio-CE.xls	Rev.	A	Data	07/2021
APÊNDICE 07	Planilha de IMR				
Nome do arquivo	Planilha_IMR-FaciliteisCE.xls	Rev.	A	Data	07/2021